

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 118/2021
Data: 03/08/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PORTO: SANTOS QUER R\$ 40 MILHÕES DE ESTADO E UNIÃO PARA NOVO VIADUTO	4
PAULO HENRIQUE CREMONEZE: AINDA SOBRE NAVIOS, RISCOS E RESPONSABILIDADES.....	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	7
ANTAQ REALIZARÁ TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA AGENDA REGULATÓRIA 2022/2024.....	7
DIRETOR-GERAL DA ANTAQ PARTICIPA DE ABERTURA DO NORDESTE EXPORT	7
AGÊNCIA LANÇA PRÊMIO ANTAQ 2021.....	8
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	10
SANTOS BRASIL BATE RECORDE EM MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NO TECON SANTOS.....	10
PORTO DE IMBITUBA BATE RECORDE HISTÓRICO DE OPERAÇÃO MENSAL	11
CODEBA BATE RECORDE HISTÓRICO EM MOVIMENTAÇÃO NO PRIMEIRO SEMESTRE	11
SPA – PEDIDO DE TRÂNSITO DE CARGAS ESPECIAIS NO PORTO DEVERÃO SER FEITOS PELO PORTAL DO CLIENTE.....	12
TERMINAL VIETNAMITA SUSPENDE ALGUMAS OPERAÇÕES DEVIDO AO SURTO DE COVID-19	12
CORREIO BRAZILIENSE - BR	13
PRODUÇÃO INDUSTRIAL FICA ESTÁVEL EM JUNHO ANTE MAIO, AFIRMA IBGE.....	13
REVISTA CULTIVAR – RS	15
20º CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO MOSTRA COMO SETOR TEM BUSCADO ALIAR TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE.....	15
ISTOÉ - DINHEIRO	17
TERMELÉTRICAS À BIOMASSA PODEM OFERTAR GERAÇÃO ADICIONAL AO ONS A PARTIR DE QUARTA	17
COM INFLAÇÃO EM ALTA, BANCO CENTRAL DEVE ACELERAR ALTA DE JUROS	17
EMBARQUE DE MILHO DO BRASIL EM AGOSTO DEVE CAIR MAIS QUE O DE SOJA, APONTA CARGONAVE	18
MONEYTIMES	19
COPASA: SEM PRIVATIZAÇÃO E COM NÚMEROS FRACOS NO 2º TRI, SE MANTENHA LONGE DAS AÇÕES, APONTAM ANALISTAS	19
BNDES VAI REDUZIR JUROS PARA SETORES QUE SE COMPROMETAM COM CORTE DE EMISSÕES	20
JORNAL O GLOBO – RJ	21
PRESIDENTE DA CÂMARA DIZ QUE QUER VOTAR REFORMA ADMINISTRATIVA ATÉ O FIM DESTES MÊS	21
REFORMA TRIBUTÁRIA: RELATOR PREVÊ AUMENTO DE IMPOSTO DE MINERAÇÃO E MIRA EM LUCRO NO EXTERIOR PARA AUMENTAR ARRECADAÇÃO.....	23
REFORMA TRIBUTÁRIA: SEM ACORDO COM RELATOR, ESTADOS PEDEM REJEIÇÃO DA PROPOSTA QUE ALTERA O IMPOSTO DE RENDA	25
MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES PEDE APOIO DE DEPUTADOS E SENADORES PARA PRIVATIZAR OS CORREIOS	27
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	28
BALANÇA COMERCIAL REGISTRA O 2º MAIOR SUPERÁVIT DA SÉRIE HISTÓRICA	28
LIRA DIZ QUE REFORMA ADMINISTRATIVA PRECISA SER APROVADA AINDA EM AGOSTO NA CÂMARA	29
COLUNA DO BROADCAST - RAÍZEN VENDE SÓ 8% DO CAPITAL E VAI À B3 VALENDO R\$ 25 BI A MAIS QUE COSAN	30
RAÍZEN FAZ O MAIOR IPO DO ANO NA BOLSA E LEVANTA R\$ 6,9 BILHÕES	31
IR: RELATOR PROPÕE AUMENTAR IMPOSTO PAGO POR MINERADORAS PARA REFORÇAR CAIXA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS ...	33
NÃO HÁ CHANCE DE CALOTE EM PRECATÓRIOS, MAS É IMPOSSÍVEL PAGAR R\$ 90 BI SEM ATINGIR O TETO, DIZ LIRA	33
VALOR ECONÔMICO (SP)	35
PETROBRAS ESTÁ PRONTA PARA DAR PRÓXIMOS PASSOS DE CRESCIMENTO, DIZ PRESIDENTE.....	35
ARCELORMITTAL MUDA COMANDO NO BRASIL E NA AMÉRICA DO SUL	36
BP REVERTE PREJUÍZO E LUCRA US\$ 3,12 BI NO 2º TRIMESTRE	38
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	39
SANTOS FIRMA PROTOCOLO DE ESTUDO DE TRÁFEGO PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO VIADUTO DE ACESSO AO PORTO.....	39
PORTAL PORTOS E NAVIOS	40
ITAQUI PREVÊ CRESCIMENTO DE CARGAS DE RETORNO A PARTIR DE PROJETOS FERROVIÁRIOS	40
RECEITA CONFERE MAIS DE 500 TONELADAS DE MERCADORIAS SUSPEITAS EM SANTOS	41
ANTAQ COM 5 DIRETORES REPRESENTARIA AMADURECIMENTO INSTITUCIONAL, AVALIA FLÁVIA	42



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 118/2021
Página 3 de 47
Data: 03/08/2021
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

CAPACIDADE INSTALADA NA INDÚSTRIA ATINGE MAIOR NÍVEL DESDE 2013	43
TECON SANTOS OBTÉM NOVO RECORDE EM JUNHO	44
CANAL DO PANAMÁ RETOMA MEDIDAS DE PROTEÇÃO À MIGRAÇÃO DA VIDA MARINHA	45
PORTO DE TIANJIN CONSTRUIRÁ O PRIMEIRO TERMINAL COM EMISSÃO ZERO DO MUNDO	45
BRASIL EXPORT – FÓRUM NAC.DE LOGÍST. E INFRAEST. PORTUÁRIA	46
GESTOR DA FIEPI PARTICIPA DO FÓRUM BRASIL EXPORT EM SÃO LUÍS	46
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	47
MERCOS SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	47



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO: SANTOS QUER R\$ 40 MILHÕES DE ESTADO E UNIÃO PARA NOVO VIADUTO

Projeto interligando a Via Anchieta à Alemoa precisa de verbas; associação de terminais vai bancar estudo

Por: *Maurício Martins*



ABTTC assinou nesta segunda-feira (2) um protocolo de intenções com a Prefeitura para doar um “projeto funcional” do novo acesso
Foto: *Luciana Moledas/TV Tribuna*

A Prefeitura de Santos pretende pedir verbas para os governos Federal e do Estado para viabilizar a construção de um novo viaduto da Via Anchieta para a Alemoa. O valor estimado é entre R\$ 30 e R\$ 40 milhões. Associação Brasileira de Terminais Retroportuários e das

Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC) assinou nesta segunda-feira (2) um protocolo de intenções com a Prefeitura para doar um “projeto funcional” do novo acesso.

Assim que a ABTTC concluir esse estudo, o prefeito Rogério Santos (PSDB) pretende levá-lo para análise da Agência de Transportes do Estado (Artesp). Após confirmação da viabilidade, a ideia é que Governo Estadual faça os projetos básico e executivo e, depois, divida os custos da obra com a União.

O projeto tem como objetivo facilitar o tráfego de caminhões com destino ao Distrito Industrial da Alemoa, reduzindo a concentração desses veículos no Viaduto da Alemoa. Seria implantada uma rota de saída com viaduto da área de terminais, partindo da Avenida Doutor Alberto Schweitzer e chegando à Marginal da Anchieta.

“A ABTTC vai desenvolver um projeto, ao custo aproximado de R\$ 200 mil, e doar para a Prefeitura, em aproximadamente 40 dias. É um projeto funcional, para que depois a gente consiga desenvolver os projetos básico e executivo. É um estudo inicial, mas importante para o poder público pleitear recursos. Foi assim que fizemos na entrada da Cidade”, diz o prefeito.

Rogério afirma que a obra é de extrema importância. “Temos que lembrar do incêndio na Alemoa, em 2015, que parou o Brasil. É impensável que o maior porto da América do Sul tenha apenas uma entrada e uma saída. Essa diversidade logística é necessária”.

Anteprojeto completo

O presidente da ABTTC, João Ataliba de Arruda Botelho Neto, afirma que o novo acesso descongestionaria o atual sistema e seria facilmente implantado, sem necessidade de desapropriações, por exemplo. “Estamos oferecendo um anteprojeto completo, com cálculo de tráfego e desenhos, de uma nova saída no final da Alemoa com a Anchieta, interligando com o novo viaduto construído na entrada de Santos”, diz.

Segundo Botelho Neto, a obra é absolutamente necessária. “Isso vai gerar um grande desenvolvimento, novos empregos, novas empresas instaladas na região, que hoje não vêm por essa dificuldade de acesso. O Porto de Santos é a alma do Brasil, temos que nos unir em torno disso”.

Para ele, há todo interesse dos governos Estadual e Federal em fazer a obra. “Isso vai ao encontro da política do governo (Jair) Bolsonaro (sem partido), e o governador (João) Doria (PSDB) também verá isso com muito bons olhos. Um consórcio é o que vai acabar ocorrendo”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/08/2021

PAULO HENRIQUE CREMONEZE: AINDA SOBRE NAVIOS, RISCOS E RESPONSABILIDADES

Fortalecer os mecanismos de rigorosa punição dos armadores é mais do que necessário

Por: Paulo Henrique Cremonese



Paulo Henrique Cremonese: Ainda sobre navios, riscos e responsabilidades Foto: Rinson Chory/Unsplash

Mais de uma vez usei este espaço para comentar os riscos envolvidos no transporte marítimo de carga.

Quem assume empresarialmente atividade de risco tem que sempre responder por danos e prejuízos, não se admitindo mitigações desse dever que é

jurídico, mas, antes de tudo, moral.

E, quando falo em riscos, não falo nos dos transportadores, mas nos que decorrem de suas atividades.

Riscos ao meio ambiente, aos portos, às pessoas.

Navios são grandes fontes de riscos e protagonistas de muitos acidentes e danos.

Na última coluna, comentei sobre o que houve no Canal de Suez e os prejuízos milionários sentidos em todo o mundo.

As tintas do artigo mal esfriaram e já temos no horizonte outro sinistro, de menor repercussão, mas nem por isso menos tão menos grave ou importante.

Falo do que ocorreu no início do mês de junho no Porto de Kaohsiung, Taiwan, um dos mais importantes da Ásia e do mundo.

As imagens do sinistro correram o mundo e são impressionantes.

Um grande navio de carga colide com outro, menor, atracado, e destrói equipamento de terra (portêiner) e arrebenta parte do cais.

Contêineres que estavam abaixo são imediatamente avariados e alguns tombam no navio.

Sem dúvida, prejuízos milionários. Graças a Deus, não se tem notícias de vítimas fatais, só de danos materiais.

Dizem que uma imagem vale por mil palavras. Claro que, especialmente nestes tempos de tecnologia digital, temos que ter muito cuidado com as imagens, mas não é menos claro que, de fato, imagens são capazes de substituir palavras.

Por mais que alguém — em nome da sempre boa prudência — queira aguardar as investigações das autoridades locais, é muito difícil não enxergar a responsabilidade absoluta do navio pelo evento danoso.

Nenhum esforço retórico será capaz de desqualificar aquilo que se viu e que a inteligência referenda.

O navio danador bateu em outro atracado, destruiu um equipamento parado e atingiu alvo estático.

Falha de manobra, descuido, problema de maquinário, qualquer que tenha sido a causa do acidente, a responsabilidade do navio se mostrará gritante, transparente quanto um sofisticado copo de cristal.

Descartada a eventual intempérie — já que as imagens mostram um dia radiante e luminoso —, impossível não concluir algum problema de bordo.

Embora prescindível o uso do conceito, já que a responsabilidade do transportador marítimo é objetiva por manejo de fonte de risco (Artigo 927 do Código Civil), ousar falar em culpa grave, inescusável, dado o desenho assustador do sinistro.

Por isso, insisto na necessidade de se pensar seriamente no incremento da responsabilização civil dos armadores em relação aos danos que causam.

Não só donos de cargas e seus seguradores são vítimas frequentes, mas a natureza, os pescadores, os empreendedores e profissionais do turismo, a sociedade toda, direta ou indiretamente.

Sim, é verdade que o sistema jurídico brasileiro — curiosamente, o melhor do mundo neste campo — tem regras bastantes para imputar a responsabilidade integral do armador protagonista de dano, mas é preciso ir muito além.

Evitar que a arbitragem seja imposta unilateralmente é algo a ser muito e devidamente considerado. Impedir uso de normas internacionais, anacrônicas e casuísticas de limitação de responsabilidade, também. Considerar os seguradores dos navios, os famosos clubes de proteção e indenização, como devedores solidários ou subsidiários, também.

Tudo isso é importante, principalmente porque nem todo armador é empresa sólida e com linhas regulares para o Brasil.

O avanço do Direito é um marco civilizacional e sua visão atual é no sentido de se proteger integralmente os legítimos direitos e interesses das vítimas dos danos.

As vítimas devem ser tuteladas e abraçadas, não os danadores. Quando um danador, autor de ato ilícito, ainda que unicamente civil, não responde rápido e integralmente pelo prejuízo que causou, a vítima é danada uma segunda vez, e a sociedade toda sofre.

Fortalecer os mecanismos de rigorosa punição dos armadores é mais do que necessário. Ninguém duvida de que a atividade seja fundamental e que merece benefícios tributários e incentivos, privados ou governamentais. Há algo de estratégico e salutar nisso. O que aqui se advoga é apenas o que a Justiça aspira: “dar a cada um o que é seu”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/08/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ REALIZARÁ TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA AGENDA REGULATÓRIA 2022/2024

Contribuições poderão ser enviadas entre os dias 4 e 18 de agosto

A ANTAQ realizará, entre os dias 4 e 18 de agosto, Tomada de Subsídios Pública, visando o recebimento de contribuições para a elaboração da Agenda Regulatória para o triênio 2022/2024.

O formulário para o envio de contribuições estará disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://web.antaq.gov.br/portaltv3/AgendaRegulatoria/Default.aspx>.

As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 18 de agosto, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido, exclusivamente através do e-mail: grm@antaq.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado, anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas, fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do questionário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do questionário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral - SGE, da Agência, no caso de Brasília, ou nas suas unidades regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no site da ANTAQ. As contribuições recebidas serão disponibilizadas aos interessados no portal da Agência.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 03/08/2021

DIRETOR-GERAL DA ANTAQ PARTICIPA DE ABERTURA DO NORDESTE EXPORT



Nesta terça-feira (3), Eduardo Nery fará a palestra especial do evento a partir das 17h30

Foto: Eduardo Nery / Fórum Brasil Export

O diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, participou, nesta segunda-feira (2), em São Luís (MA), da solenidade de abertura do Nordeste Export – Fórum Regional de Logística e Infraestrutura Portuária. Durante sua fala, Nery lembrou que, em 13 de agosto, haverá três leilões de áreas em portos localizados na Região Nordeste: Maceió (AL), Salvador (BA) e Fortaleza (CE). “Os portos do Nordeste têm um potencial enorme devido à sua localização estratégica”, destacou.

Nery destacou, ainda, que é fundamental para o país que os órgãos relacionados à logística atuem de forma integrada. O diretor-geral da ANTAQ afirmou, também, que a Agência preza pela atuação técnica e pela regulação responsiva. “Assim



teremos estabilidade regulatória e segurança jurídica para que possamos atrair investimentos para o setor.”

Na terça-feira (3), às 17h30, o diretor-geral fará a palestra especial do Nordeste Export.

A abertura do evento contou com diversas autoridades, entre elas o vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, o secretário nacional de Transportes Terrestres, Marcello da Costa, e o presidente do Porto do Itaqui (MA), Ted Lago.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 02/08/2021

AGÊNCIA LANÇA PRÊMIO ANTAQ 2021

Neste ano, serão premiados trabalhos em quatro categorias: Desempenho Ambiental; Iniciativas Inovadoras; Artigos Técnico-Científicos; e Conformidade Regulatória. As inscrições para as categorias Iniciativas Inovadoras e Artigos Técnico-Científicos são gratuitas e poderão ser realizadas até 31 de agosto de 2021. A solenidade de premiação ocorrerá no dia 14 de outubro de 2021

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ está lançando hoje (2) a edição do Prêmio ANTAQ 2021. O Prêmio ANTAQ tem por finalidade reconhecer as iniciativas que se destaquem por sua contribuição na melhoria da prestação de serviços de transporte aquaviários à sociedade, fomentar a pesquisa e a produção técnico-científica e disseminar as boas práticas na operação e gestão no setor.

Neste ano, serão premiados trabalhos em quatro categorias: Desempenho Ambiental; Iniciativas Inovadoras; Artigos Técnico-Científicos; e Conformidade Regulatória. O número de classificados em cada categoria ou modalidade do Prêmio está descrito no regulamento disponível no final desta matéria. As inscrições para as categorias Iniciativas Inovadoras e Artigos Técnico-Científicos são gratuitas e poderão ser realizadas até 31 de agosto de 2021. A solenidade de premiação ocorrerá no dia 14 de outubro de 2021.

Na categoria Desempenho Ambiental, serão premiadas as Autoridades Portuárias dos Portos Organizados e os Terminais de Uso Privado-TUP avaliados no Índice de Desempenho Ambiental – IDA, em duas modalidades: Maior Índice de Desempenho Ambiental 2021 e Maior Evolução Anual do Índice de Desempenho Ambiental-IDA.

Na modalidade “Maior Índice de Desempenho Ambiental -IDA, 2021”, serão premiadas as três Autoridades Portuárias responsáveis pelo Portos Organizados e os três terminais de uso privado - TUP que apresentaram os melhores Índices de Desempenho Ambiental em 2020. E na de “Maior Evolução Anual do Índice de Desempenho Ambiental- IDA”, serão premiadas as três Autoridades Portuárias responsáveis pelos Portos Organizados e os três terminais de uso privado - TUP que registraram as maiores variações positivas do IDA - apurado no primeiro semestre de 2020 em relação ao apurado no primeiro semestre de 2019.

Na categoria Iniciativas Inovadoras, serão premiadas as empresas atuantes no setor de transportes aquaviários que tenham adotado iniciativas geradoras de melhorias operacionais, ambientais ou de gestão, contribuindo para o aprimoramento do atendimento das demandas da sociedade e para o aumento da eficiência e sustentabilidade na prestação de serviços e que possam servir de referência para que outros empreendimentos possam adotá-las.

Poderão concorrer ao Prêmio ANTAQ 2021 na categoria Iniciativas Inovadoras, trabalhos individuais ou em grupo, que tenham sido implementados: em Portos Organizados: terminais

privados (Estação de Transbordo de Carga-ETC, Instalação Portuária de Turismo-IPTur, Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte-IP4 e Terminal de Uso Privado-TUP); instalações de apoio de transporte aquaviário (Registros); Empresas Brasileiras de Navegação –EBNs; e pessoas, entidades ou empresas cujas iniciativas trouxeram benefícios significativos ao setor aquaviário. Nesta categoria, um participante poderá concorrer com mais de uma Iniciativa Inovadora.

Para a categoria Artigos Técnico-científicos, serão premiados trabalhos nas áreas de Direito, Economia, Regulação, Meio Ambiente, Gestão, Ciências Sociais, Geografia, Políticas Públicas e Infraestrutura e Logística que apresentem relevância técnico-científica e institucional em conformidade com as áreas de atuação de competência da ANTAQ. Poderá concorrer ao nesta categoria, qualquer cidadão brasileiro, maior de 18 anos, à exceção os membros da Comissão Julgadora.

Na categoria Conformidade Regulatória, serão premiadas as empresas que, no quinquênio 2016-2020, apresentaram as melhores conformidades regulatórias, conforme novo modelo de perfil de risco da fiscalização. A avaliação da categoria será realizada pela Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais da ANTAQ e consistirá na seleção das cinco empresas melhores qualificadas em cada uma das sete modalidades relacionadas no quadro a seguir, totalizando 21 premiações, segundo análise do Índice de Perfil de Risco (IPR) calculado para o Plano Anual de Fiscalização – PAF 2021.

Modalidade	Área de Atuação	Tipo de Serviço
1	<i>Navegação Interior</i>	<i>Longitudinal de Carga</i>
2	<i>Navegação Interior</i>	<i>Longitudinal de Passageiros e Misto</i>
3	<i>Navegação Interior</i>	<i>Travessias</i>
4	<i>Navegação Marítima</i>	<i>Navegação de Apoio Marítimo e Portuário, de Cabotagem e de Longo Curso</i>
5	<i>Portuária</i>	<i>Porto Organizado (Autoridades Portuárias)</i>
6	<i>Portuária</i>	<i>Arrendamentos</i>
7	<i>Portuária</i>	<i>Terminais de Uso Privado</i>

Regulamento e inscrições

Clique nos links abaixo para acessar a íntegra do regulamento e as fichas de inscrição nas categorias “Iniciativas Inovadoras” e “Artigos Técnicos-Científicos”:

Regulamento Prêmio ANTAQ 2021

https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/agencia-lanca-premio-antag-2021/REGULAMENTOPrmioANTAQ2021_.pdf

Ficha de inscrição – categoria Iniciativas Inovadoras

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd-DlvmcQl8Qlu-PkO0oXaJZrX3rHpoNcP4Bm83Hx_dTx0thA/viewform

Ficha de inscrição – categoria Artigos Técnico-Científicos

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScWzfFiUri8EC9klwWDn9RUXmmBxNGoexvhcQgABe3vKMUI5Q/viewform>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 02/08/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SANTOS BRASIL BATE RECORDE EM MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NO TECON SANTOS

Informação: Santos Brasil (3 de agosto de 2021)



Foto: Santos Brasil

São Paulo, 2 de julho de 2021 – A Santos Brasil, referência em operações portuárias e logísticas, atingiu uma marca histórica para o Porto de Santos: registrou no mês de junho 109.187 contêineres movimentados no Tecon Santos – recorde mensal não só do terminal como de todos os portos de contêineres do Brasil.

Já a produtividade mensal do terminal, medida em movimentos por hora de embarque e desembarque de cargas nas embarcações (MPH), foi de 104,32 MPH,

número expressivo e que demonstra um virtuoso crescimento sustentável.

A combinação entre um incremento nas importações e transbordos, somado a uma alta nas exportações e uma quantidade menor de contêineres vazios em relação ao mesmo período de 2020 foi determinante para este desempenho. Os destaques ficaram para os setores automotivo, um dos mais atingidos durante o primeiro ano da pandemia do Coronavírus e que vem apresentando uma importante retomada no volume de importações em 2021, e o de alimentos, especialmente produtos refrigerados, como frutas. O crescimento do comércio on-line também influenciou este cenário.

A conquista destes marcos históricos, no entanto, só foi possível graças à capacidade da Santos Brasil de dar vazão à crescente demanda das cargas cativas e, ao mesmo tempo, ter flexibilidade para atender com eficiência embarcações não programadas (as chamadas escalas extras), que não conseguem janela de operação em outros terminais de Santos. A ocupação média do Tecon Santos no mês ficou em torno de 65%, ou seja, o terminal tem capacidade suficiente para atender o crescimento previsto para este ano e os próximos.

Roberto Teller, diretor de operações portuárias da Santos Brasil, comemora ainda outra marca importantíssima: um ano sem acidentes com afastamento no Tecon Santos. “Respondemos rapidamente ao crescimento da demanda mantendo a segurança da operação como um dos nossos principais e imprescindíveis valores”, diz.

De acordo com Teller, a Santos Brasil está preparada para atender com qualidade o crescimento esperado para o porto de Santos para os próximos anos. “A empresa investiu R\$ 350 milhões na ampliação e modernização do Tecon Santos nos últimos três anos. Esse valor vai ultrapassar os R\$ 550 milhões até o fim de 2021. Além das obras civis, que devem ser concluídas neste ano, temos investido em sistemas e tecnologias de ponta que nos dão ganho de produtividade e de eficiência, além de aplicarmos as mais modernas ferramentas de melhoria contínua, tais como lean manufacturing, 6 Sigma, A3, kaizen, entre outras”, diz.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 03/08/2021

PORTO DE IMBITUBA BATE RECORDE HISTÓRICO DE OPERAÇÃO MENSAL

Informação: Porto de Imbituba (3 de agosto de 2021)



Foto: SCPAr Porto de Imbituba

O Porto de Imbituba fechou julho com uma dupla celebração: fez o melhor resultado operacional mensal de sua história e ultrapassou pela primeira vez as 700 mil toneladas movimentadas em um único mês. Ao todo, foram transportadas 717,8 mil toneladas, um crescimento de

aproximadamente 30% em relação ao realizado em julho de 2020. O recorde anterior era de 681,9 mil toneladas, alcançado em maio deste ano.

Houve 28 atracações de navios em Imbituba no último mês. Os maiores volumes foram de coque, seguido dos grãos agrícolas (farelo de soja, milho, trigo e malte), ureia, hulha betuminosa, contêineres, sal, celulose, soda cáustica e geradores. As importações representaram a maioria das operações (63,3%), seguida das exportações (28,2%) e cabotagem (8,5%).

“Esse resultado é excelente e demonstra a capacidade e o compromisso do Porto de estar a serviço da sociedade e do desenvolvimento, com uma comunidade portuária engajada e uma infraestrutura de atendimento que estamos qualificando diariamente para ser cada vez mais eficiente e sustentável”, destaca o diretor-presidente da SCPAR Porto de Imbituba, Fábio Riera.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/08/2021

CODEBA BATE RECORDE HISTÓRICO EM MOVIMENTAÇÃO NO PRIMEIRO SEMESTRE

Informação: CODEBA (3 de agosto de 2021)



Foto: CODEBA

A CODEBA inicia as atividades de agosto com um estímulo a mais: o registro de aumento de 28,54% nas movimentações do 1º semestre de 2021, em relação ao mesmo período do ano anterior. No somatório de Importações e Exportações, o total de Cargas Acumuladas foi de 6.578.923 t, recorde histórico de cargas movimentadas na primeira metade do ano, enquanto que, em 2020, foi de 5.118.187 t.

O Porto de Salvador apresentou um aumento de 10,65%, com destaque para a movimentação de contêineres. O total de Cargas Acumuladas foi de 2.688.591 t, contra 2.429.866 t no mesmo período de 2020.

O Porto de Aratu-Candeias também apresentou aumento significativo nas movimentações: 48,94%, com destaque para grãos líquidos e grãos sólidos. O total de Cargas Acumuladas foi de 3.665.817 t e uma diferença de 1.204.583 t, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Já o Porto de Ilhéus apresentou alta de 13,85% nas movimentações de junho, com destaque para a movimentação de grãos sólidos e um aumento de 112,08% no número de Cargas Acumuladas de Importação, em relação ao primeiro semestre do ano anterior, com 49.075 t.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/08/2021

SPA – PEDIDO DE TRÂNSITO DE CARGAS ESPECIAIS NO PORTO DEVERÃO SER FEITOS PELO PORTAL DO CLIENTE

Informação: Santos Port Authority (3 de agosto de 2021)

A partir de 3 de agosto, terça-feira, os pedidos Emissão de Autorização Especial de Trânsito (AET) no Porto de Santos, antes conhecida como escolta da Guarda Portuária, bem como pedido de serviços de abertura de portões, deverão ser feitos pelo Portal do Cliente e Fornecedor da Santos Port Authority (SPA).

Para utilizar Portal do Cliente e Fornecedor, os usuários devem fazer um breve cadastro para ter acesso ao sistema. Para se cadastrar, acesse o link: <https://portaldocliente.portodesantos.com.br/login>.

A SPA regulamentou o tráfego de cargas especiais no Porto. Para consultar a Norma da Autoridade Portuária sobre o assunto, veja NAP.GEROP.OPR.001.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/08/2021

TERMINAL VIETNAMITA SUSPENDE ALGUMAS OPERAÇÕES DEVIDO AO SURTO DE COVID-19

Informação: Maritime Executive (3 de agosto de 2021)



O extenso terminal relata que seu pátio está quase cheio após um mês de pico de COVID-19 (Foto: Saigon Newport Corp.)

Após um mês de aumento de casos COVID-19 no Vietnã, a corporação portuária foi forçada a suspender algumas operações no maior terminal internacional de Ho Chi Minh e está ameaçando parar de receber navios de carga totalmente se não puder limpar seu estaleiro e reduzir o acúmulo. A Saigon Newport Corporation disse que estava tomando as medidas porque o pátio de contêineres atingiu 100 por cento da capacidade, enquanto o quadro de funcionários foi reduzido pela metade devido ao aumento de casos COVID-19 em julho.

“A epidemia de COVID-19 é um evento de força maior”, disse um porta-voz da Saigon Newport Corporation à mídia vietnamita. “A Saigon Newport Corporation ainda está tentando manter a operação de recebimento de navios, entrega e recebimento de mercadorias em armazéns e pátios no porto de Cat Lai, bem como instalações de serviço em seu sistema.”

O Vietnã vinha relatando um baixo nível de casos de aproximadamente 300 por dia durante meses, mas no início de julho o país começou a experimentar um aumento repentino e dramático nos casos. As grandes cidades foram colocadas em bloqueio enquanto o governo lutava para obter o controle e conter a onda atual. O surto está afetando a cidade de Ho Chi Minh, que permanece bloqueada, e em todo o país o país agora está relatando uma média de 8.000 casos por dia.

“Devido à natureza rápida e imprevisível da variante Delta e para proteger as pessoas e minimizar as mortes, as autoridades da cidade decidiram fortalecer uma série de medidas para controlar o surto”, disse o órgão governante da cidade de Ho Chi Minh em 23 de julho em um declaração de acordo com a Reuters. O número de novos casos, no entanto, continuou a aumentar, embora talvez tenha atingido um patamar de alto nível.

A Saigon Newport Corporation disse que, após três semanas de operação durante o surto de vírus, sua força de trabalho foi efetivamente reduzida pela metade no Terminal Cat Lai da cidade

de Ho Chi Minh, ou apenas 250 pessoas. O surto criou uma escassez de oficiais portuários e motoristas de empilhadeira, bem como caminhoneiros que entram no porto para movimentar contêineres. Os navios, relatam, estão sendo obrigados a esperar no cais devido à falta de trabalhadores.

A partir de 1º de agosto, o terminal parou de lidar com caixas de referência e transbordos. Atualmente, eles planejam manter essa suspensão até o dia 16 de agosto e, além disso, a partir do final desta semana, no dia 5 de agosto, as cargas extralongas, extrapesadas, superdimensionadas e sobrecarregadas também ficarão suspensas no terminal.

As operadoras estão incentivando as transportadoras e seus clientes a ajustar as cargas programadas e transferir as cargas do terminal de Ho Chi Minh para portos alternativos. Eles também estão solicitando que todos os navios que chegam avisem com antecedência ao porto o volume estimado de contêineres de importação e vazios no navio antes da chegada nas próximas duas semanas. Eles esperam que com essas informações consigam providenciar proativamente o estaleiro para lidar com o tráfego, mas estão alertando que se não puderem reduzir os volumes, podem ter que aplicar uma cota na importação ou parar de receber navios de carga.

O terminal tomou essas medidas quando seu pátio atingiu a capacidade máxima. A Saigon Newport Corporation também está pedindo às autoridades alfandegárias vietnamitas permissão para mover os contêineres que estão esperando há mais de 90 dias no porto como forma de criar espaço. Eles estão propondo mover contêineres para depósitos de contêineres no interior. Eles disseram que seriam responsáveis por garantir que os selos permanecessem intactos nas caixas e pelo estado das mercadorias.

As autoridades locais estão culpando as condições de trabalho e de vida próximas pelo aumento de casos entre os trabalhadores portuários. Eles observaram que alguns funcionários moram no porto ou próximo a ele. Eles também disseram que os bloqueios têm dificultado que os trabalhadores que vivem fora do porto cheguem aos seus empregos nos terminais.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/08/2021

CORREIO BRAZILIENSE

CORREIO BRAZILIENSE - BR

PRODUÇÃO INDUSTRIAL FICA ESTÁVEL EM JUNHO ANTE MAIO, AFIRMA IBGE

No mês passado, chegou a avançar 1,4%, interrompendo três meses consecutivos de queda. No segundo trimestre, o tombo observado foi de 2,5%

Por Vera Batista



Em junho, a produção industrial ficou estagnada (0,0%) em relação a maio. No mês passado, chegou a avançar 1,4%, interrompendo três meses consecutivos de queda — quando acumulou perdas de 4,7%, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação a junho de 2020, houve crescimento de 12%, a décima taxa positiva consecutiva da indústria, que também teve avanço de 22,6% no segundo trimestre de 2021 e de 12,9% no primeiro semestre.

“O acumulado de 12 meses, ao avançar 6,6% em junho de 2021, intensificou o crescimento observado em abril último (4,9%) e permaneceu com trajetória predominantemente ascendente iniciada em agosto de 2020 (-5,7%)”, destacou o IBGE.

A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM) mostrou que, apesar da estabilidade em junho, três das quatro grandes categorias econômicas, e a maior parte — 14 das 26 atividades investigadas —, sofreram queda na produção em junho. “Com essa variação nula em junho, o setor permanece no patamar pré-crise, mas no resultado desse mês observa-se uma predominância de taxas negativas entre as atividades industriais”, disse André Macedo, gerente da pesquisa. O menor dinamismo do setor, destaca o pesquisador, está ligado aos efeitos da pandemia da covid-19 na economia.

“Há, no setor industrial uma série de adversidade por conta da necessidade das medidas de restrição, como redução do ritmo produtivo, a dificuldade de obtenção de matérias-primas e o aumento dos custos de produção. Pelo lado da demanda, ou seja, observando a economia como um todo, há também uma taxa de desocupação alta, o que traz uma consequência para a massa de salários. São fatores que não são recentes, mas ajudam a explicar esse comportamento de produção industrial”, afirma.

Diante da conjuntura, o setor industrial fechou o segundo trimestre do ano com queda de 2,5%, na comparação com o primeiro trimestre. Foi a segunda taxa trimestral negativa seguida nessa base de comparação. Na análise de André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos, o resultado da produção industrial veio levemente superior às expectativas, que previam leve queda de 0,1%. “Este (-2,5%) é o pior resultado para um trimestre desde o quarto trimestre de 2015, excetuando, é claro, o ano passado com a pandemia. O resultado fraco mostra os desafios da economia brasileira, especialmente em uma semana onde devemos ver um aumento na intensidade de alta na taxa básica de juros em um ponto percentual, para fechar o ano em 7%”, disse o economista.

Veículos automotores

A maior queda entre as atividades foi na produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (-3,8%), que voltou a recuar após crescer nos meses de abril (1,6%) e maio (0,3%); celulose, papel e produtos de papel (-5,3%), com o terceiro mês seguido de queda e acumulando nesse período perda de 8,4%; e produtos alimentícios (-1,3%), eliminando parte do avanço de 2,9% registrado em maio, informou o IBGE. Também recuaram produtos de metal (-2,9%), indústrias extrativas (-0,7%), produtos diversos (-5,8%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-2,5%), móveis (-5,2%) e outros produtos químicos (-0,8%).

Entre as 11 atividades que apontaram crescimento na produção, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (4,1%) teve o maior impacto positivo no mês, intensificando a expansão de 2,7% registrada em maio último. “Vale citar também os avanços nos ramos de máquinas e equipamentos (2,9%), de outros equipamentos de transporte (11,0%), de couro, artigos para viagem e calçados (6,0%) e de impressão e reprodução de gravações (12,3%)”, salienta a pesquisa.

Entre as grandes categorias econômicas, bens de consumo semi e não duráveis (-1,3%) assinalou a taxa negativa mais acentuada em junho de 2021, eliminando parte do avanço de 3,6% registrado em maio, quando interrompeu três meses seguidos de queda, período em que acumulou redução de 11,5%. Outros resultados negativos vieram dos segmentos de bens de consumo duráveis (-0,6%), a sétima queda seguida e acumulando nesse período perda de 16,7%; e de bens intermediários (-0,6%), recuando 2,3% em três meses consecutivos de queda.

Por outro lado, o setor produtor de bens de capital (1,4%) apontou a única taxa positiva em junho de 2021, a terceira expansão seguida nessa comparação e avançando 5,9% nesse período.

Fonte: Correio Braziliense – BR

Data: 03/08/2021



REVISTA CULTIVAR – RS

20º CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO MOSTRA COMO SETOR TEM BUSCADO ALIAR TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

Por Noemi Oliveira



Marcello Brito, presidente do Conselho Diretor da Abag, faz a abertura do 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio. – Foto: Divulgação

A solenidade de abertura do 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), uma realização da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), em parceria com a B3, A Bolsa do Brasil, promovida nesta segunda-feira, dia 2 de agosto, mostrou como o setor tem buscado aliar tecnologia e sustentabilidade para atender as demandas nacionais e globais de alimentos seguros e saudáveis.

Com o tema Nosso Carbono é Verde, o evento online está sendo acompanhado por mais de 8000 participantes e terá ainda três painéis: Energia Limpa e Sustentável, Brasil Verde e Competitivo, e O Futuro do Agro no Comércio Mundial, com a participação de renomados especialistas.

Marcello Brito, presidente do Conselho Diretor da ABAG, anunciou em seu discurso na solenidade de abertura que as emissões relativas ao evento e a todas as atividades da entidade foram mitigadas. “No ano passado, usamos os CBIOS. Neste ano, o carbono florestal, em concordância com o tema de nosso Congresso. Esta ação foi possível por meio da BMV – Brasil Mata Viva, que leva ao mercado global o produto do agro que vem da agricultura de conservação de floresta. Somos o único agro do mundo que integra a agricultura de conservação com a agricultura de produção de alimentos e energia”.

Ele comentou que o relatório de monitoramento de imagem do Brasil no exterior no primeiro semestre mostrou que começou um entendimento e reconhecimento por parte da mídia internacional da distância existente na vasta maioria da produção agrícola nacional da questão amazônica, fato não observado em relação a pecuária. “Contudo, a imagem negativa do país no exterior se consolida”, pontuou Brito.

Brito questionou ainda qual será o papel do Brasil em um mundo ESG em que o carbono passa a ser um integrante importante do capital que irriga os investimentos e as trocas comerciais por todo mundo. “Se para o Brasil é difícil chegar à neutralidade antes de 2050, para o agro temos tudo para antecipar essa meta. Na cúpula dos sistemas alimentares temos a certeza de que seremos protagonistas com a liderança da ministra Teresa Cristina. Se o nosso carbono é verde, o verde de nossas florestas, o verde de nossa agricultura tropical, que usemos nosso ativo agroambiental e nossa inteligência para amparados pela melhor ciência, pelos melhores técnicos e negociadores, pela melhor política, trabalhemos para recuperar nosso prestígio histórico, nossa imagem internacional e nosso protagonismo agroambiental”.

A agenda do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem sido guiado pela sustentabilidade, por isso o Plano Safra ampliou os investimentos para a linha do Programa ABC. Na solenidade de abertura do 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio, a ministra Tereza Cristina, ressaltou o potencial do país ser o principal fornecedor de alimentos de baixo carbono do planeta, e as prioridades da pasta em avançar na efetiva implementação do Código Florestal, com

a introdução de tecnologias de geoprocessamento e análises automatizadas do cadastro rural. “Essa legislação é fundamental para que o Brasil se torne líder da agenda global da sustentabilidade aliado ao agronegócio”, disse a ministra, que avaliou a importância de direcionar o modelo de negócios e produção aos critérios ESG, ou seja, aliar melhores práticas, cuidar do meio ambiente e ter ações de responsabilidade social. Ao final, ela comentou sobre sua participação na pré-Cúpula dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas (ONU), realizada em Roma, na semana passada, no qual os países americanos trabalharam de forma integrada para formatar as 16 mensagens de consenso sobre o tema.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, destacou o protagonismo brasileiro nas cadeias alimentares e na energia no mundo e o papel do agronegócio como alavanca para o desenvolvimento do país e responsável pelo superávit da balança comercial. Segundo ele, a infraestrutura deve caminhar junto com o setor para atender suas demandas, bem como os padrões ESG. Por isso, a pasta está investindo em diversos modais e inserindo noção de sustentabilidade para estruturação dos novos projetos.

Já o CEO da B3, Gilson Finkelsztain, falou que o agronegócio soube trazer o tema ESG para suas operações e como é possível conciliar meio ambiente, produção e produtividade. A B3 tem o papel ao lado dos agentes privados e reguladores contribuir para o desenvolvimento de uma economia sustentável e de baixo carbono, disponibilizando infraestrutura e conhecimento para as companhias poderem realizar suas gestões de riscos climáticos e identificar oportunidades de negócios. “Os investidores têm buscado cada vez mais transparência nas informações, por meio de investimentos com propósito que entreguem benefícios à sociedade e meio ambiente. E, o diálogo entre os setores privado, governo e sociedade civil será fundamental para fortalecermos o mercado das finanças verde e conseguir avançar nesta agenda. Isso só vai acontecer se disponibilizar instrumentos financeiros para viabilizar canalização de capital para a demanda da transição de economia de baixo carbono”.

A abertura do evento também contou com os pronunciamentos do secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Itamar Borges, que o agronegócio é um setor primordial para o Estado de São Paulo e para o Brasil; e deputado federal Sérgio Souza, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, que salientou a importância de demonstrar ao mercado interno e para o mundo como o país produz alimentos de forma sustentável.

Homenagens

O 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio homenageou o ex-ministro Alysson Paolinelli, indicado ao Nobel da Paz 2021, que agradeceu por esse tributo, ressaltando o papel de toda a cadeia produtiva para essa transformação de um país importador de alimentos para o maior exportador do mundo.

O ex-ministro Roberto Rodrigues, coordenador do FGVAgro, disse na apresentação que Paolinelli é maior brasileiro vivo, pois fez uma revolução no agro nacional, ao implementar um programa de aplicação de tecnologia e sustentável, transformando o Brasil na atual potência na produção e exportação de alimentos, energia e fibras.

A ministra Tereza Cristina recebeu o Prêmio Ney Bittencourt de Araújo – Personalidade do Agronegócio. Já o Prêmio Norman Borlaug – Sustentabilidade foi entregue à Celso Moretti, presidente da Embrapa.

Para assistir ao Congresso Brasileiro do Agronegócio, basta acessar o site oficial.

Fonte: Revista Cultivar - RS

Data: 03/08/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

TERMELÉTRICAS À BIOMASSA PODEM OFERTAR GERAÇÃO ADICIONAL AO ONS A PARTIR DE QUARTA

(Por Gabriel Araujo)



Usina de processamento de cana-de-açúcar em Valparaíso (SP)

SÃO PAULO (Reuters) – As usinas termelétricas à biomassa poderão ofertar geração adicional de energia ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a partir de quarta-feira, em medida que visa contribuir com o fornecimento de eletricidade em meio à grave crise hídrica enfrentada pelo Brasil, disse a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) nesta terça-feira.

De acordo com a entidade, as ofertas adicionais poderão ser apresentadas até 2022, já para planejamento dos excedentes de geração da próxima safra, e atendem a portaria publicada pelo Ministério de Minas e Energia em meados de julho.

O gerente de Bioeletricidade da Unica, Zilmar Souza, afirmou em nota que o mecanismo de oferta adicional estabelecido pelo ministério “mais do que ajuda” o Sistema Interligado Nacional (SIN), pois também representa oferta de energia renovável em meio à escassez hídrica.

“A portaria é importante também porque estabelece que essas ofertas adicionais de geração pela biomassa não estarão sujeitas à inadimplência nas liquidações financeiras no Mercado de Curto Prazo”, acrescentou Souza.

Em comunicado à parte publicado, também nesta terça, o Ministério de Minas e Energia reiterou que iniciará o processo para recebimento de ofertas provenientes de térmicas sem Custo Variável Unitário (CVU).

“Poderão ser ofertados diferentes valores de MWmed para os meses de interesse, contudo, com apenas um preço. Caso o agente queira publicar diferentes preços para cada mês, deverá realizar uma oferta para cada mês”, disse a pasta. “A aprovação das ofertas será feita individualmente, sem interdependência entre elas.”

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 03/08/2021

COM INFLAÇÃO EM ALTA, BANCO CENTRAL DEVE ACELERAR ALTA DE JUROS

Com a inflação projetada caminhando para o dobro da meta perseguida pelo governo em 2021, o Banco Central deve acelerar a alta de juros nesta quarta-feira, 4. A expectativa do mercado financeiro é de que, após ter elevado a Selic (a taxa básica de juros) em 0,75 ponto percentual por três reuniões consecutivas neste ano, o BC desta vez promova um aumento de 1,00 ponto percentual. Se isso ocorrer, a Selic atingirá os 5,25% ao ano, o maior nível desde outubro de 2019.

Os aumentos sucessivos da Selic são uma tentativa do BC de segurar a inflação no Brasil. A escalada dos preços de alimentos, combustíveis e energia elétrica fez com que os economistas do mercado financeiro já projetem inflação de 6,79% para 2021, conforme o Relatório de Mercado

Focus. O documento é uma compilação feita pelo BC das projeções do mercado para os principais indicadores da economia.

O problema é que este índice de 6,79% está bem acima da meta de inflação, de 3,75% para o ano. Como possui uma margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual, o BC poderia, em tese, deixar a inflação ir até 5,25% este ano – mas as projeções do mercado sugerem que a batalha está perdida.

Para piorar, os economistas projetam inflação de 3,81% para o próximo ano, sendo que a meta é de 3,50%. Como a margem do BC também é de 1,5 ponto porcentual, a alta de preços poderia chegar até 5,00% em 2022. Só que os índices projetados estão, gradativamente, se distanciando da meta estabelecida. Se a pressão de preços continuar, o BC descumprirá a meta também no próximo ano.

Desde o segundo semestre de 2020, os preços de commodities internacionais, como soja e milho, tem aumentado, o que impacta o custo de alimentos também no Brasil. Além disso, combustíveis e gás de cozinha têm pressionado o orçamento das famílias, assim como o custo da energia elétrica. Mais recentemente, a geada em algumas regiões do País prejudicou a produção de alimentos, com impactos nos preços ao consumidor final.

Neste cenário, restou ao BC iniciar em março deste ano o processo de alta da Selic, para que a inflação não dispare em 2022. O ano de 2021 já é considerado perdido para o cumprimento da meta.

Como os números de inflação não param de piorar, a maior parte dos economistas do mercado espera que o BC intensifique os esforços para conter os preços. De um total de 51 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, 44 esperam pela elevação da Selic em 1,00 ponto nesta quarta-feira, para 5,25% ao ano. Apenas sete casas aguardam aumento de 0,75 ponto porcentual, com a Selic chegando a 5,00%. Para o fim de 2021, a mediana das projeções indica uma Selic a 7,0%.

Risco fiscal

Além de ter que lidar com a alta de preços em vários setores, o BC precisará ponderar amanhã o tamanho do risco fiscal para a inflação futura. Com dificuldades para fechar as contas nos últimos anos, o governo viu o risco subir desde o início da pandemia do novo coronavírus, em função das despesas para sustentar programas emergenciais e gastos não previstos.

Economistas de dentro e fora do governo sempre lembram que o equilíbrio fiscal é pré-requisito para o controle da inflação e o crescimento sustentável da economia. Se o governo gastar demais, a tarefa do BC de segurar a inflação via juros torna-se ainda mais difícil.

Nos últimos dias, este equilíbrio foi novamente colocado em xeque, após o governo disparar o alarme em torno do pagamento de precatórios previsto para 2022.

Como informou o Broadcast no dia 30, o governo Bolsonaro discute mudanças nas regras de pagamento de precatórios – os valores devidos a empresas e pessoas físicas após sentença definitiva da Justiça. O valor das sentenças para 2022 é calculado em R\$ 90 bilhões, acima dos R\$ 54,75 bilhões previstos no Orçamento. Em sua proposta, o governo estuda pagar à vista precatórios de até R\$ 66 mil e parcelar o restante. As mudanças, no entanto, dependem da aprovação pelo Congresso de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 03/08/2021

EMBARQUE DE MILHO DO BRASIL EM AGOSTO DEVE CAIR MAIS QUE O DE SOJA, APONTA CARGONAVE

Por Roberto Samora



Estoque de milho no Mato Grosso, Brasil.

SÃO PAULO (Reuters) – As exportações de milho do Brasil deverão cair em volumes em agosto mais acentuadamente do que as de soja, em meio a uma quebra na safra do cereal, enquanto o país já exportou a maior parte da oleaginosa, de acordo com informações da programação de navios para o mês e comparação com o “line-up” do mesmo período de 2020.

Conforme compilação de dados da agência marítima Cargonave, os embarques de soja do Brasil estão projetados em cerca de 4,9 milhões de toneladas em agosto, ante uma programação para 6,6 milhões de toneladas no início do mesmo mês em 2020.

Ao final, as exportações brasileiras fecharam em 5,57 milhões de toneladas em agosto do ano passado, conforme dados da Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais (Anec), que deverá divulgar projeções nesta tarde.

As previsões de embarques baseadas no line-up vão se ajustando ao longo do mês, enquanto novas embarcações são agregadas ou eventualmente saem da fila.

As exportações de soja do Brasil vêm recuando nos últimos meses em relação ao mês anterior, após embarques recordes em abril e grandes volumes enviados ao exterior em maio.

No acumulado do ano, o maior produtor e exportador da commodity já embarcou cerca de 69 milhões de toneladas de soja, segundo a Anec, enquanto as previsões para 2021 completo da associação da indústria Abiove giram em torno de 86,7 milhões de toneladas, o que seria um recorde.

No milho, cujas lavouras foram afetadas por seca e geadas, a expectativa é de uma queda mais acentuada do que na soja em agosto, uma vez que a oleaginosa teve uma colheita recorde no país em 2021.

Conforme dados da Cargonave, a programação de navios indica embarques de cerca de 3 milhões de toneladas de milho, enquanto na mesma época do ano passado o line-up apontava mais que o dobro em exportações.

Ao final, as exportações brasileiras de milho em agosto do ano passado somaram 6,7 milhões de toneladas, segundo números da Anec.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 03/08/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

COPASA: SEM PRIVATIZAÇÃO E COM NÚMEROS FRACOS NO 2º TRI, SE MANTENHA LONGE DAS AÇÕES, APONTAM ANALISTAS

Por Renan Dantas

A Copasa (CSMG3) não reportou resultados tão animadores no segundo trimestre, apesar da elevação do lucro de 62%, para R\$ 237 milhões, 5% acima do consenso de mercado.

Já a receita líquida cresceu 10%, indo a R\$ 1,3 bilhão.

Segundo a empresa, a alta foi puxada pelo reajuste tarifário médio de 3,04%, pelo crescimento no número de economias (unidades consumidoras) de água em 2,4% e pelo aumento de R\$ 6,3 milhões na receita indireta de água e esgoto, em função, principalmente, do retorno gradual das atividades econômicas.



Para a XP, as cifras vieram abaixo do esperado. Além disso, afirma que a companhia de saneamento tem um cenário complexo para a concretização de uma eventual privatização (Imagem: YouTube/TVCOPASAMG)

A Genial destaca que o Ebitda, que mede o resultado operacional, cresceu 30% em um trimestre marcado pela alteração no método de contabilidade do provisionamento dos devedores duvidosos por parte da empresa, que retornaram ao que era antes da

alteração anterior a 2020, momento da pandemia.

“Outro destaque positivo é o endividamento da empresa, que fechou em R\$ 2,6 bilhões (1.3x Dív. Líquida/Ebitda) – níveis muito confortáveis, o que deve levar a empresa a seguir com sua política de distribuição extraordinária de dividendos”, completa.

Segundo a corretora, as ações estão baratas, negociando a 3,6 vezes o EV/Ebitda, que mede o valor da empresa, e um TIR (taxa de retorno) implícita de 9,9% em termos reais, “mas temos preferência por outros nomes no setor”, completa.

Para a XP, as cifras vieram abaixo do esperado. Além disso, a corretora afirma que a companhia de saneamento tem um cenário complexo para a concretização de uma eventual privatização nos ambientes estadual e municipal.

“Assim sendo, continuamos a acreditar que há poucos motivos para se investir nas ações da Copasa, e mantemos recomendação de venda, com preço-alvo de R\$ 15 por ação”, completa.

Já segundo o Safra o resultado ficou dentro da expectativa, sem grandes surpresas.

“Temos uma classificação de neutra para a Copasa. Apesar de preços atraentes, não vemos catalisadores para o curto prazo assim que o processo de 2ª Revisão Tarifária já estiver concluído. Acreditamos que a privatização não deve ocorrer tão cedo”, ressalta.

O BofA também está pessimista com os papéis, citando os riscos regulatórios da Copasa e margens mais estreitas devido a revisão tarifária difícil.

“Embora a melhoria das operações já seja esperada, vemos riscos regulatórios crescentes apoiando nossa classificação de desempenho inferior”, conclui.

O banco tem recomendação de venda, com preço-alvo de R\$ 16.

Fonte: MoneyTimes

Data: 03/08/2021

BNDES VAI REDUZIR JUROS PARA SETORES QUE SE COMPROMETAM COM CORTE DE EMISSÕES

Por Reuters

O BNDES vai reduzir juros de suas linhas de financiamentos para alguns setores, como siderurgia, que assumirem compromissos de redução de emissões de carbono, disse o diretor de crédito produtivo e socioambiental do banco, Bruno Aranha, nesta terça-feira.

Segundo ele, o banco quer estimular o processo de transição das empresas para a economia de baixo carbono.

O ponto de partida da iniciativa foi o setor de biocombustíveis, que poderá se beneficiar de juros mais baixos nos empréstimos tomados do BNDES, caso alcance metas de redução de emissão de CO2.

Ao menos três contratos já foram fechados com empresas do setor sucroalcooleiro que se comprometeram a diminuir a pegada de carbono nas suas atividades.

Os juros, formados pela TLP ou por referenciais de custo de mercado, mais uma remuneração básica do BNDES de 1,5% ao ano, e uma taxa de risco de crédito, poderão ser reduzidos em até 0,4 ponto percentual caso o cliente comprove, após o período de carência, ter alcançado as metas de redução de emissão de CO2 definidas pelo programa, afirmou o banco.

O diretor do BNDES acrescentou que a ideia é estender o programa de incentivo à redução de emissão de carbono a outros setores como metalurgia e siderurgia.

“Esse são setores que têm esse desafio de pegada de carbono e que o banco financia”, disse ele a Reuters. “Nesses setores estamos estudando quanto pode chegar (a redução de juros), mas pode chegar no padrão de biocombustíveis”, adicionou.

O banco quer fomentar a criação de um mercado de carbono dentro da carteira de crédito do banco. Setores que retiram carbono do meio ambiente poderiam negociar créditos de carbono com empresas mais poluentes.

“Hoje, o setor florestal que tem uma área que foi desmatada, se ele faz o reflorestamento, ele gera um crédito de carbono. Isso vai ser validado por uma terceira empresa. O que a gente quer fazer é estruturar esse mercado voluntário”, explicou Aranha.

“Uma empresa como a Petrobras (PETR4), por exemplo, ou outra do setor de óleo e gás, vai comprar esse crédito do setor florestal. O BNDES está no meio do caminho e pode até comprar o crédito do setor florestal e depois vender, transmitir esse crédito para a emissora”, acrescentou.

O banco também decidiu banir de futuros financiamentos projetos ligados a produção de carvão mineral e térmicas movidas a carvão mineral.

Fonte: MoneyTimes
Data: 03/08/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

PRESIDENTE DA CÂMARA DIZ QUE QUER VOTAR REFORMA ADMINISTRATIVA ATÉ O FIM DESTE MÊS

Em um evento virtual, Lira repetiu o argumento de que as mudanças não afetam quem já está no serviço público

Por Eliane Oliveira

BRASÍLIA — O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou, nesta terça-feira, que a proposta de reforma administrativa, encaminhada pelo Executivo em setembro do ano passado, deve ser votada na Casa até o fim deste mês. Lira disse que espera que o texto do relator na comissão especial que trata do tema, o deputado Arthur Maia (DEM-BA), vá a tempo ao plenário, para que a matéria seja analisada ainda em agosto e encaminhada ao Senado.

— Esperamos ter acesso ao texto do relator até o fim deste mês, no plenário. Temos a obrigação de entregar as matérias estruturantes para o nosso país até novembro, dada a proximidade das eleições —disse o presidente da Câmara, durante debate virtual sobre o assunto, referindo-se, além da reforma administrativa, às reformas tributária e política.



*Presidente da Câmara, deputado Arthur Lira
Foto: Agência O Globo*

Lira repetiu o argumento do governo de que as mudanças previstas na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32, como o fim da estabilidade, não vão ferir direitos adquiridos. Lembrou que o texto só prevê mudanças para pessoas que entrarem para o setor público após a aprovação da reforma.

— Não vamos atacar qualquer direito adquirido, porque não é necessário, não precisa. Temos que ter cuidado, na Câmara, com as versões criadas sobre os fatos. A pior versão é a de que [a reforma administrativa] vai acabar com o servidor público e extinguir todos os direitos —afirmou.

Já o relator da matéria disse que, assim que for realizada a última audiência pública sobre o tema, ele apresentará seu relatório uma semana depois. Maia reafirmou que, se dependesse dele, incluiria os poderes Legislativo e Judiciário na reforma. Ele enfatizou que o Congresso fará a melhor reforma possível.

— Cabe a nós, deputados e senadores, fazer uma reforma que sirva ao Brasil. A flexibilização da estabilidade precisa ser tratada com responsabilidade. Não estamos acabando com a estabilidade para punir ninguém. Temos que fazer uma comparação óbvia entre o trabalhador do serviço público e do setor privado. Ambos são os trabalhadores. Se você não corresponde ao que seu chefe quer de você, ele vai te demitir —afirmou Maia, que também foi relator da última reforma da Previdência.

Entre os principais pontos da PEC 32, um deles cria novos vínculos jurídicos para o funcionalismo público e somente os cargos típicos — ou exclusivos, como prefere o relator — de Estado, que serão definidos em lei posterior, terão direito a estabilidade e, ainda assim, somente após três anos no posto.

— Carreiras típicas, que prefiro chamar de carreiras exclusivas do Estado, são aquelas que só existem no âmbito do setor público, como o diplomata, o policial, o juiz, o promotor... São pessoas de fato que têm que ter condição de estabilidade. Isso acontece em todos os países do mundo — disse Maia.

O texto propõe alteração nos motivos que podem justificar o desligamento de servidores. Atualmente isso só pode ocorrer por infração disciplinar ou por sentença judicial transitada em julgada.

Governo prevê "Regime Jurídico Único"

Com a reforma administrativa, o governo pretende tornar possível o desligamento após sentença judicial proferida por órgão colegiado — não mais após esgotados todos os recursos cabíveis.

Outra novidade é o fim do "Regime Jurídico Único", que regula a relação entre os funcionários e o poder público. Passarão a existir diferentes regras para diferentes atividades.

A reforma também acaba com os benefícios concedidos além do salário, chamados de "penduricalhos". O texto extingue a licença-prêmio, o adicional por tempo de serviço (anuênio), a aposentadoria compulsória como punição, aumentos retroativos, férias superiores a 30 dias ao ano, redução de jornada sem redução de remuneração, entre outros.

Caio Paes de Andrade, secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, defendeu a avaliação periódica dos servidores públicos, prevista na reforma. Segundo ele, hoje o funcionário é avaliado de forma mal feita e o cidadão fica impossibilitado de dizer se o que recebeu foi um bom ou um mau serviço.

— Em Brasília, há uma nata de servidores públicos de primeira categoria. Eles são valorizados e querem a reforma. Não estão preocupados com a estabilidade —disse Andrade.

De acordo com o secretário, cada servidor contratado cria um compromisso financeiro que dura, em média, 59 anos, incluindo os períodos ativo e inativo. Ele destacou que, entre 2014 e 2015, o governo federal contratou afinadores de instrumentos musicais e datilógrafos, profissões que já não existiam mais. Seus nomes ficarão na folha de pagamento por mais 53 anos.

—O governo gasta R\$ 8,2 bilhões por ano para manter 69 mil servidores públicos em cargos já extintos. O Orçamento do Ministério de Infraestrutura é de R\$ 6,7 bilhões por ano para obras — enfatizou.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/08/2021

REFORMA TRIBUTÁRIA: RELATOR PREVÊ AUMENTO DE IMPOSTO DE MINERAÇÃO E MIRA EM LUCRO NO EXTERIOR PARA AUMENTAR ARRECADAÇÃO

Deputado Celso Sabino quer aumentar alíquota do CFEM e passar a arrecadação apenas a estados e municípios. Aposta em atualização dos valores de ativos no exterior tornaria impacto fiscal da reforma neutro

Por Fernanda Trisotto e Geralda Doca



Deputado Celso Sabino, do PSDB do Pará Foto: Divulgação

BRASÍLIA – O deputado Celso Sabino (PSDB-PA) apresentou novo substitutivo da reforma tributária nesta terça-feira. Uma mudança é a proposta de aumento da alíquota do CFEM, compensação financeira pela exploração de recursos minerais, paga por mineradoras, cuja arrecadação seria integralmente repassada para estados e municípios.

O relator também incluiu a possibilidade de que pessoas que tenham ativos no exterior possam atualizar esses valores com uma alíquota de 6% sobre o lucro. A medida, que seria válida apenas para 2022, teria potencial de arrecadar R\$ 20 bilhões, nos cálculos do parlamentar.

Essa alteração deixaria a proposta da reforma com impacto fiscal neutro. O primeiro substitutivo apresentaria queda de R\$ 30 bilhões nas receitas.

Sabino manteve nesta versão a isenção na cobrança de dividendos para optantes do regime Simples, a atualização da tabela do Imposto de Renda para pessoa física e a limitação da declaração simplificada. O relator também oficializou a inclusão de gatilhos para a diminuição gradual do imposto cobrado das empresas.

A solução foi adotada para diminuir a rejeição dos estados à proposta, que argumentam que terão perdas bilionárias na arrecadação. Apesar da alteração, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), divulgou carta nesta terça-feira pedindo a rejeição do texto.

Outras medidas que constam nesta nova versão são o fim do JCP (juros sobre capital próprio) no país, e não apenas o fim da dedutibilidade, além da previsão de tributação de lucros e dividendos recebidos por fundos de investimento em 5,88%, ante 20% cobrados quando o receptor é pessoa física.

Aumento no imposto das mineradoras

Sabino está propondo o aumento de 4% para 5,5% na alíquota do CFEM. Além disso, ele sugere que a arrecadação dessa contribuição passe a ser dividida apenas entre estados e municípios. Hoje, 10% desses valores ficam com a União.

— A gente está propondo uma medida federativa, que vai atender muito aos anseios de alguns estados e muitos municípios — declarou o deputado durante coletiva de imprensa.

Ele citou como exemplo o caso do Pará, seu estado, que ampliaria a arrecadação em R\$ 1,6 bilhão com a alteração.

Segundo o deputado, a decisão de aumentar a alíquota do CFEM foi tomada porque as empresas do setor vêm apresentando "altos lucros", já que o preço do minério de ferro está em alta no mercado. Além disso, ele considera que todas as mineradoras já serão beneficiadas pelas mudanças no IRPJ:

— Todas as empresas do Brasil, inclusive essas grandes mineradoras, terão uma forte redução na sua carga tributária com a redução da alíquota do imposto de renda de 12,5 pontos percentuais. Entendemos como justa e é uma forma de atender a muitos estados e muito municípios.

Para viabilizar essa mudança de alíquota, além de alteração em lei, o deputado vai apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que altera a distribuição do ICMS no país. Essa PEC altera os percentuais de distribuição do ICMS que é destinado às cidades. Atualmente, 25% do tributo estadual é repassado aos municípios, sendo que 65% do repasse é definido com base na riqueza que esse município produz e o restante é definido em lei estadual.

— Nós estamos propondo que esse percentual constitucional seja alterado. Em vez de 65% com base na riqueza que cada município produz que seja 40% — declarou, explicando que o restante da distribuição seria definido por lei estadual.

Receitas no exterior

Uma forma para compensar perda na arrecadação proposta pelo relator foi a atualização de valores de ativos no exterior. Essa possibilidade só valerá em 2022: o contribuinte não precisa trazer os recursos para o Brasil, mas pode atualizar esses valores e pagar um imposto de 6%. Sabino estima que esse movimento vai trazer arrecadação de R\$ 20 bilhões no próximo ano, mas disse que ainda não fechou os cálculos.

O relator explicou que, atualmente, as pessoas que possuem ativos no exterior e não liquidam os investimentos e não trazem esses recursos para o país não pagam nada. Quando decidirem liquidar o ativo, serão tributadas conforme a tabela de imposto de renda. Sabino classificou a medida como uma "repatriação do lucro":

— O que estamos dizendo é: se você quer pagar o lucro acumulado que teve até agora, você paga (uma alíquota de) 6%. Só no ano de 2022 essa opção.

Sabino argumentou que essas duas novas medidas apresentadas por ele nesta terça-feira vão tornar o impacto fiscal da reforma do imposto de renda neutro, mas não apresentou esses cálculos. Ele disse que, apesar de a arrecadação com a atualização dos ativos no exterior valer apenas para 2022, a arrecadação com lucros e dividendos a partir do ano seguinte vai compensar eventuais perdas.

Reação ao novo texto

Buscando o apoio dos estados, Sabino incluiu gatilhos no relatório, condicionando a queda do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ao aumento da arrecadação desse tributo. Pelo novo texto, o IRPJ cairá de 25% para 17,5% em 2022, independentemente do cenário das receitas federais. Uma nova queda em 2023, de 2,5 pontos percentuais, seria atrelada a um aumento real da arrecadação, caso a arrecadação de IR (de pessoas e empresas) suba mais que a inflação.

Ainda assim, a medida foi alvo de críticas, rebatidas por Sabino:

— Eles (estados) não estão considerando a arrecadação que a gente vai fazer com esse lucro que está no exterior e alguns outros pontos que nós colocamos, como os gatilhos que garantem a arrecadação.

O Comsefaz mantém a mesma posição expressa na nota divulgada nesta terça-feira contrária à aprovação do substitutivo do deputado Celso Sabino. A nova estratégia do colegiado, segundo interlocutores, será a entrada dos próprios governadores na discussão. Os secretários de Fazenda avaliam que a mudança na distribuição dos impostos cobrados no setor de mineração, que ficará integralmente com os entes federados, terá impacto insignificante nas receitas de estados e municípios.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) prepara um ofensiva ao relatório e deverá divulgar nessa quarta-feira uma nota com os efeitos da reforma, caso ela seja aprovada, abrindo os números por municípios. No conjunto a perda total está estimada em R\$ 13 bilhões.

A Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) ainda não analisou o novo texto e não vai se manifestar, por ora.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/08/2021

REFORMA TRIBUTÁRIA: SEM ACORDO COM RELATOR, ESTADOS PEDEM REJEIÇÃO DA PROPOSTA QUE ALTERA O IMPOSTO DE RENDA

Secretários de Fazenda calcula perda anual da R\$ 26 bilhões para estados e municípios

Por Geralda Doca e Manoel Ventura



O relator da reforma tributária, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Washington Costa / Ministério da Economia

BRASÍLIA — Apesar das concessões do relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), divulgou carta nesta terça-feira em que pede a rejeição do texto. No documento, eles alegam que o relatório mantém perdas da ordem de R\$ 26,1 bilhões por ano para

estados e municípios a partir de 2023.

Isso ocorreria por causa das isenções como, por exemplo, o limite de R\$ 20 mil na taxa de dividendos, e retirada das empresas do Simples da proposta. A previsão é que o plenário da Câmara dos Deputados vote nesta terça-feira pedido de urgência da apreciação do relatório.

“Postulamos a rejeição dos termos atuais do substitutivo para poder garantir à população brasileira dignidade e serviços públicos que condigam com a expressão das vontades democráticas que nos conduziram às atuais gestões das administrações públicas subnacionais”, diz a carta.

Pressionado por governadores o relator atrelou a queda no tributo ao aumento real na arrecadação (acima da inflação). As mudanças foram apresentadas aos representantes do Comsefaz na quinta-feira.

Contudo, depois de discutir o parecer no fim de semana, os secretários alegam que atrelar o corte do IR à arrecadação não seria a melhor solução. Eles afirmam que a carga tributária é referenciada pelo Produto Interno Bruto (PIB) e não pelo índice de preços — o que significa que aumento acima da inflação não representa elevação de carga, se a economia estiver em ritmo de crescimento.

ENTENDA O NÓ DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL - 1 de 6

Sistema complexo

O governo apresentou o projeto de lei que mexe com a tabela do Imposto de Renda, considerado a segunda parte da reforma tributária. A parte principal da reforma é a unificação dos impostos. Mas entrar em um acordo sobre como ela será feita é tão complexo quanto o próprio sistema tributário brasileiro. Estados e municípios temem perder uma fatia de suas arrecadações e são muitos os impostos.

Emaranhado de impostos

O Brasil tem, pelo menos, cinco tributos embutidos nos preços de bens e serviços: três cobrados pela União (IPI, PIS e Cofins), um dos estados (ICMS) e um dos municípios (ISS). Só o ICMS tem 27 formatos diferentes, um para cada estado e o DF. Ou seja, para vender em outros estados, o empresário tem que pagar e conhecer os diferentes tributos.

Custo alto

Além da quantidade de tributos, o custo é alto. Um exemplo é a tributação geral de medicamentos, uma das maiores do mundo, em torno de 33%. Em países desenvolvidos é de cerca de 6%. Outro item essencial com carga tributária elevada, por exemplo, é o absorvente íntimo: 27% só de imposto.

Classificação

A classificação é outro problema recorrente. É perfume ou água de colônia? A alíquota da fórmula concentrada é 42%. Já a da fragrância mais leve, de 12%. “Uma grande diferença”, segundo o especialista em direito tributário e da FGV, Gabriel Quintanilha.

Burocracia sem fim

O Brasil é o país em que as empresas gastam o maior número de horas com a burocracia dos impostos, segundo um relatório do Banco Mundial que avalia 190 países. Uma empresa brasileira gasta, em média, 1.501 horas por ano cuidando de obrigações relacionadas a tributos. É cinco vezes a média gasta pelos países de América Latina e Caribe.

Efeito cascata

Esse nó de tantas informações e cobranças dificulta a vida e o caixa das empresas, além de facilitar erros. Segundo a Endeavor, 86% das empresas brasileiras apresentam algum tipo de irregularidade no pagamento de seus tributos. Estas lacunas muitas vezes são por desconhecimento das muitas regras. Mesmo assim, podem gerar multas e despesas altas.

O Comsefaz considera ainda “temerária” uma redução mais forte no IRPJ, no momento em que o país ensaia a saída da crise, agravada pela pandemia. Eles voltam a defender o texto original do governo que previa corte de 25% para 20% e que sugerem que a medida seja acompanhada de redução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Isso porque o IR é a principal fonte das transferências de recursos pela União para estados e municípios.

“A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é a variável federativa correta para adicionais ajustes que a relatoria porventura considere necessários. Sua receita pertence somente à União, o ente que arrecada mais de dois terços das receitas tributárias do país”, diz a nota do Comsefaz.

O governo não quer mexer na CSLL, que tem alíquota de 9%, porque isso aumentaria o rombo da Seguridade Social.

De acordo com a última versão do relatório, o IRPJ cairá de 25% para 17,5% em 2022, independente do cenário das receitas federais. O relatório prevê ainda uma nova queda no próximo ano, de 2,5 pontos percentuais, caso a arrecadação do Imposto de Renda (de pessoas e empresas) suba mais que a inflação (com aumento real).

O parecer define ainda que a arrecadação do IR entre novembro de 2020 e outubro de 2021 precisará ser maior do que o período entre novembro de 2018 e outubro de 2019 para que a alíquota seja reduzida.

Além disso, o IRPJ cairá mais 2,5 p.p. em 2023 caso a arrecadação do Imposto de Renda entre novembro de 2021 e outubro de 2022 seja maior que as receitas auferidas entre novembro de 2018 e outubro de 2019, já descontada a inflação. Com isso, caso a arrecadação suba mais que a inflação, o IRPJ sairá de 25% para 12,5% em 2023.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/08/2021

MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES PEDE APOIO DE DEPUTADOS E SENADORES PARA PRIVATIZAR OS CORREIOS

Segundo Fábio Faria, são necessários R\$ 2,5 bi anualmente para que a empresa de mantenha competitiva

O Globo



Governo define modelo de privatização dos Correios, que deve ser votado na Câmara Foto: Agência O Globo

RIO - Em pronunciamento nacional em rádio e TV, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, defendeu a privatização dos Correios considerando-a fundamental para fortalecer a empresa "que presta serviços importantes por todo o país".

O ministro ressaltou que com a retomada das atividades do Congresso nesta semana, a privatização entra em pauta e pediu o apoio de deputados e senadores para que deem atenção ao tema, considerado prioridade para o governo Jair Bolsonaro.

Segundo ele, o primeiro ponto do projeto de privatização trata da universalização dos serviços postais, obedecendo ao comando constitucional de que todo brasileiro deve ter acesso aos serviços.

- Esse é um compromisso do Presidente Bolsonaro - diz, acrescentando que a autorização para a privatização, que será votada na Câmara, é resultado de um longo trabalho.

Primeiro, segundo ele, consultorias apoiaram o BNDES num estudo detalhado sobre o que precisa ser preservado e melhorado na empresa e nos serviços. Depois, na Câmara, o projeto de lei dos Correios foi aprimorado, estabelecendo limites de preço e uma tarifa social, que garantirá os serviços mesmo para pessoas que não podem pagar por eles.

O ministro afirmou ainda que a proposta também teve cuidado com a transição da empresa para a nova gestão, prevendo um período de estabilidade para todos os funcionários.

Fábio Faria ressaltou que a corrupção prejudicou a empresa, transformando os Correios em destaque não pelas entregas de qualidade.

- Quem não se lembra dos escândalos do Mensalão e do Postalis, que causaram bilhões em prejuízos para os brasileiros - afirmou, destacando o lucro de R\$ 1,5 bilhão em 2020, o que foi atribuído ao trabalho de melhorias na gestão, transparência e regras mais rígidas de combate à corrupção.

O ministro disse também que mesmo com muito trabalho e seriedade, o faturamento é insuficiente frente ao que precisa ser investido todos os anos. Segundo ele, são necessários R\$ 2,5 bilhões por ano em investimentos para que os Correios permaneçam competitivos e possam disputar mercado com outras empresas de logística e entregas que já operam no país.

Com a privatização, disse o ministro, os Correios vão conseguir crescer e competir, gerar mais empregos, desenvolver novas tecnologias, ganhar mais eficiência, agilidade e pontualidade.

- Somente assim os Correios poderão manter a universalização dos serviços postais, que significa estar presente em todos os recantos do país, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, servindo a todos os brasileiros, como prevê a Constituição.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/08/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BALANÇA COMERCIAL REGISTRA O 2º MAIOR SUPERÁVIT DA SÉRIE HISTÓRICA

Julho fecha com US\$ 7,6 bilhões no azul; no ano, valor está positivo em US\$ 44,1 bi, 47,6% a mais do que em 2020

Por Lorena Rodrigues Eduardo Laguna / BRASÍLIA

A balança comercial brasileira registrou superávit US\$ 7,4 bilhões em julho, com crescimento nas exportações e importações ante julho de 2020, segundo a Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Economia.

O superávit em julho é o segundo maior para o mês da série histórica, iniciada em 1989, atrás apenas do registrado no período em 2020, de US\$ 7,6 bilhões. O resultado ocorre quando as exportações superam as importações.

No mês passado, a corrente de comércio (soma das exportações e importações) avançou 46,2%. As exportações somaram US\$ 25,5 bilhões, uma alta de 37,5 % ante julho de 2020. As importações chegaram a US\$ 18,1 bilhões, um avanço de 60,5% na mesma comparação.

Para o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, o resultado mostra que o Brasil colhe frutos de ter parceiros comerciais que estão conseguindo se recuperar da crise sanitária. “Os parceiros comerciais, como a Argentina, que estava em recessão, estão comprando mais. Mesmo que a base de comparação seja fraca, o dado demonstra a recuperação forte dos parceiros comerciais do Brasil. Não basta ter moeda desvalorizada para exportar, precisa ter comprador, e do outro lado os países estão consolidando a recuperação econômica”, diz Agostini.

De janeiro a julho, a balança comercial acumula superávit de US\$ 44,127 bilhões, 47,6% maior do que no mesmo período do ano passado. Nesse período, houve um aumento de 35,3% nas exportações, enquanto as importações cresceram 30,9%.

O Ministério da Economia projeta um superávit comercial de US\$ 105,3 bilhões neste ano – o que, se confirmado, vai ser o recorde para toda a série histórica e mais do que o dobro do obtido em 2020.

Pelas previsões atuais da Austin, a balança deve fechar o ano com superávit menor, de US\$ 68,7 bilhões. Caso o ritmo mostrado nos sete primeiros meses seja mantido, o saldo pode chegar a US\$ 77 bilhões, afirma Agostini.

Segundo Agostini, como países desenvolvidos estão mantendo estímulos dados na pandemia – ele cita como exemplo o Federal Reserve (o banco central americano), que segue injetando dinheiro na economia e adia a alta dos juros –, grandes parceiros comerciais seguirão comprando produtos brasileiros.

O setor agropecuário teve alta de 11,2% nas exportações. Houve aumento ainda de 62,7% na indústria extrativa e de 37,7% em bens da indústria de transformação.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/08/2021

LIRA DIZ QUE REFORMA ADMINISTRATIVA PRECISA SER APROVADA AINDA EM AGOSTO NA CÂMARA

Ele aponta que medida terá pouco espaço no ano que vem, quando os interesses políticos vão se sobrepôr à agenda econômica; texto foi enviado ao Congresso em setembro do ano passado
Por Eduardo Laguna, O Estado de S.Paulo

Com pressa diante de um calendário apertado pela proximidade do debate das eleições de 2022, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), disse nesta terça-feira, 3, que a reforma administrativa, que prevê uma reestruturação do RH do Estado, pode ser votada pelos deputados ainda neste mês.

“Com a habilidade necessária e com a articulação necessária na comissão, esperamos, em relação à reforma administrativa, ter a votação ao fim de agosto porque temos que remetê-la ao Senado Federal. Infelizmente, com a polarização existente hoje no Brasil, temos a obrigação de entregar matérias estruturantes até novembro”, afirmou Lira durante fórum Estadão Think, realizado pelo Estadão com patrocínio da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Lira avaliou que ficará mais difícil avançar com reformas no ano que vem, quando os interesses políticos vão se sobrepôr à agenda econômica.

“Se avançar na Câmara, fica mais fácil aprovar no Senado no ano que vem. O importante é avançar agora. Podemos avançar neste ano e continuar no ano que vem mesmo sabendo das dificuldades de um ano eleitoral”, afirmou o presidente da CNI, Robson Andrade.

A reforma administrativa foi enviada pelo governo ao Congresso em setembro de 2020. A proposta tem como objetivo alterar as regras para os futuros servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e municípios. Ou seja, as mudanças propostas pelo governo não atingem os atuais servidores e mesmo aqueles que entrarem no serviço público antes da aprovação da reforma. Também não altera a estabilidade nem os vencimentos desses servidores.



Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados. Foto: Pablo Valadares/Agência Câmara

Lira enfatizou que os direitos adquiridos de servidores não serão eliminados pela reforma. "Não vamos atacar direito adquirido", afirmou o presidente da Câmara. "Não somos inconsequentes, sabemos dos nossos limites constitucionais", acrescentou. Ele reconheceu que categorias de funcionários públicos têm o maior lobby no Congresso, mas considerou que tais interesses "não serão maiores do que os fatos".

A proposta prevê que a reforma não vai atingir parlamentares, magistrados (juízes, desembargadores, ministros dos tribunais superiores), promotores, procuradores e militares. De acordo com o governo, esses são membros de poderes e têm regras diferentes dos servidores comuns. Segundo Lira, todos os poderes entrariam na reforma administrativa se fosse possível, porém, caso não envie proposta de mudança em suas categorias, a inclusão do Judiciário poderia significar que o Congresso estaria extrapolando limites constitucionais.

Já o relator da comissão especial que aprecia a proposta, o deputado Arthur Maia (DEM-BA), discordou de Lira. "Hoje, na minha lógica, se o parecer fosse apresentado hoje, o Judiciário estaria incluído na reforma administrativa", disse no mesmo evento. "Se depender de mim, todo mundo vai entrar na reforma. Não estou aqui para proteger 'A' nem perseguir 'B'".

Maia informou que terá condições de apresentar o seu relatório sete dias após a última audiência da comissão. Referindo-se à divergência com Lira em relação à inclusão do Judiciário, ele comentou que, da mesma forma como pode ser convencido do contrário, pode convencer o presidente da Câmara a mudar de ideia.

Ao tratar da estabilidade dos cargos, Maia assegurou que o servidor que alcançou tal direito será preservado, mas isto não impede que ele seja submetido à avaliação de desempenho. "Uma coisa é direito adquirido, outra é avaliação de desempenho"

Na reforma administrativa, esse é um dos poucos pontos em que as mudanças também afetam os servidores da ativa. Ao entregar a proposta, o Ministério da Economia informou que o projeto de lei complementar que regulamenta a possibilidade de desligamento de servidor público por "baixo desempenho" estava em fase de elaboração e que logo seria enviado ao Congresso - ainda não foi.

Atualmente, essa possibilidade de exoneração por mau desempenho não existe. Uma emenda à Constituição aprovada em 1998 prevê o desligamento, mas a regulamentação do tema, que depende de uma lei complementar, nunca foi concluída. Na proposta de reforma enviada ontem ao Congresso, o governo propõe que o tema seja regulamentado por lei ordinária, que tem votação mais simples.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/08/2021*

COLUNA DO BROADCAST - RAÍZEN VENDE SÓ 8% DO CAPITAL E VAI À B3 VALENDO R\$ 25 BI A MAIS QUE COSAN

Por Altamiro Silva Junior e Cynthia Declodt



IPO da empresa de energia renovável atrai investidores estrangeiros Foto: Raízen

Com a venda de pouco mais de 8% de seu capital a investidores, a empresa de energia renovável Raízen deve chegar à Bolsa com um valor de mercado superior ao de sua controladora, Cosan, dona de 50% na empresa. O processo de definição do preço das ações na oferta inicial (IPO, da sigla em inglês) da Raízen, da qual a Shell tem os outros 50%, acontece nesta terça-feira (3). A demanda já é três vezes superior à oferta, com procura alta entre

investidores estrangeiros, pelo fato de a companhia ter se apresentado com a pegada de sustentabilidade e como uma alternativa à transição energética de combustíveis fósseis para renováveis. Os pedidos estão sendo feitos no menor valor sugerido para os papéis, que vai de R\$ 7,40 a R\$ 9,60. Por isso, a expectativa é de preços entre o meio e o piso dessa faixa.

Nesse patamar, a Raízen chegaria à B3 avaliada em R\$ 73 bilhões – ou R\$ 25 bilhões acima do valor de mercado desta segunda (2) da Cosan, de R\$ 48 bilhões. O IPO da Raízen pode movimentar R\$ 6 bilhões, considerando a colocação do lote principal ao preço mínimo. No melhor cenário, com ações no topo da faixa, a Raízen valeria R\$ 95 bilhões.

A empresa está colocando apenas 8,17% de suas ações no mercado no IPO, o chamado free float – ou 10,72% caso os lotes extras sejam comprados. A expectativa é que a Raízen faça uma oferta subsequente (follow on) mais adiante para elevar a fatia das ações. O Nível 2 de governança corporativa da B3 exige ao menos 25% de free float. Procurada, a Raízen não se pronunciou por estar em período de silêncio.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/08/2021

RAÍZEN FAZ O MAIOR IPO DO ANO NA BOLSA E LEVANTA R\$ 6,9 BILHÕES

Companhia, sociedade entre Cosan e Shell, fará estreia na Bolsa brasileira avaliada em R\$ 76 bilhões e já se posiciona entre as empresas de maior valor do mercado brasileiro

Por Fernanda Guimarães, O Estado de S.Paulo

A Raízen, sociedade entre Cosan e Shell, acaba de realizar a maior abertura de capital de 2021 até o momento. Superando o mercado volátil e ganhando força com o discurso de transição energética, a companhia atraiu grandes fundos de investimento e conseguiu colocar R\$ 6,9 bilhões no caixa, informaram fontes de mercado ao Estadão.



A empresa fará sua estreia na Bolsa brasileira valendo R\$ 76 bilhões e já se posicionando entre uma das empresas mais valiosas da B3, sendo a maior do setor de energia do Brasil. O IPO faz parte dos planos da Cosan, que vale hoje R\$ 48 bilhões na Bolsa, de listar suas subsidiárias, de forma a destravar o valor da companhia.

Raízen é uma sociedade entre Cosan e Shell Foto: Raízen/ Divulgação

A ação da produtora de açúcar e etanol e distribuidora de combustíveis foi precificada em R\$ 7,40, no piso da faixa indicativa de preço, que vai até R\$ 9,60. A demanda chegou a R\$ 30 bilhões, sendo R\$ 14 bilhões vindos apenas de pessoas físicas, apurou a reportagem. O total de R\$ 6,9 bilhões da oferta representa o lote principal e o suplementar. A decisão foi a de não vender o lote adicional.

A Raízen, com faturamento na casa de R\$ 115 bilhões, tem seu controle dividido igualmente entre a Cosan e a Shell. Com a oferta, a empresa tem um valor de mercado cerca de 60% superior ao da Cosan na Bolsa. A expectativa agora é de que os investidores enxerguem melhor o valor da empresa, algo que poderá influenciar positivamente a ação da Cosan, que já vem em tendência positiva, se valorizando 38% neste ano.

Para conseguir lançar sua oferta, a empresa teve que reduzir suas ambições iniciais e acabou diminuindo o valor de seu IPO, que vinha sendo inicialmente estudado em cerca de R\$ 13 bilhões. A ação, batizada de “RAIZ3”, estreará na B3 na quinta-feira, dia 5.

Novas fontes de energia

A aposta dos investidores foi de uma posição de força no processo de transição energética, com o maior foco em produção de energia de fontes renováveis.

E a empresa deixa esse ponto bastante claro no prospecto de sua oferta. Ela destaca no documento que 80% dos recursos que entrarem no caixa com o IPO irão para a construção de novas plantas para a expansão da produção de produtos renováveis e capacidade de comercialização. Hoje, a Cosan é a maior produtora no mundo de etanol de cana-de-açúcar.

Nessa jornada para aumentar seu cardápio de produtos mais sustentáveis, o principal foco é o etanol de segunda geração (E2G), que é uma tecnologia capaz de aumentar a produção em 50%, mas usando a mesma área de plantio. Esse tipo de etanol é produzido a partir do bagaço e da palha da cana. A demanda pelo produto com essa tecnologia tem crescido principalmente em razão da redução das emissões de gases de efeito estufa.

“Acreditamos que a companhia está muito bem posicionada para aproveitar o crescimento do mercado de renováveis e deve ampliar sua liderança mundial ao implementar esses projetos, que trarão melhores margens operacionais e um caminho de crescimento sustentável”, comentam os analistas da casa de análise Eleven, Felipe Ruppenthal e Lucas Chaves.

Apesar do olhar positivo, eles destacam que um resultado nesse processo deve ser esperado para o longo prazo. Os analistas apontam, ainda, que serão necessários pesados investimentos em fábricas e uma execução acelerada se quiserem alcançar o objetivo de 20 plantas de etanol de segunda geração em 2032 – hoje, tem apenas uma.

Na oferta foram os coordenadores o BTG Pactual, como líder, ao lado do Citi, Banf of America e Credit Suisse. Também ajudaram na operação Bradesco BBI, JPMorgan, Santander, XP, HSBC, Safra e Scotiabank.

Distribuição de combustíveis

Em distribuição de combustíveis, o trabalho tem sido na direção de se posicionar melhor no mercado, que é bastante competitivo no Brasil. Conforme o último boletim de abastecimento, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a BR Distribuidora tem cerca de 23% de participação, seguida de perto pela Raízen, licenciada da marca Shell (20,5%), e pela Ipiranga (19,3%).

O licenciamento da marca foi renovado neste ano e o novo contrato tem um prazo mínimo de 13 anos, podendo ser renovado.

A casa de análise Suno apontou a Raízen como a líder mundial do mercado de biocombustíveis, o que a torna, nesse contexto, protagonista em um contexto mundial de transição energética.

“Acreditamos que a empresa está bem-posicionada para continuar crescendo e aproveitando o bom momento do seu segmento. Além de uma excelente infraestrutura operacional, ela conta com executivos alinhados com os interesses da operação”, conforme o documento enviado a clientes e assinado pelos analistas João Daronco, Lincon Broedel e Tiago Reis.

Apesar da leitura positiva, por conta do preço da empresa na oferta, aconselhou seus clientes a ficarem de fora da oferta.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/08/2021

IR: RELATOR PROPÕE AUMENTAR IMPOSTO PAGO POR MINERADORAS PARA REFORÇAR CAIXA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Celso Sabino quer aumentar de 4% para 5,5% a alíquota da CFEM, compensação financeira pela exploração de recursos minerais, e repassar toda a arrecadação para os governos regionais

Por Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O relator do projeto do Imposto de Renda (IR), Celso Sabino (PSDB-PA), vai propor o aumento de 4% para 5,5% na alíquota da CFEM, compensação financeira pela exploração de recursos minerais, paga por mineradoras. O parecer vai propor que toda a arrecadação da CFEM fique para Estados e municípios. Hoje 10% ficam com União e o restante é dividido entre Estados e municípios.

Em apresentação do texto nesta terça-feira, 3, aos líderes do Congresso, o deputado disse que essa é uma medida federativa que vai atender os anseios de muitos Estados e municípios. A arrecadação desses recursos e a fiscalização do pagamento passarão para as secretarias de Fazenda dos Estados. Ele só citou exemplo do impacto da medida no Pará, grande produtor de minério e Estado do deputado, onde a arrecadação seria ampliada em R\$ 1,6 bilhão.

“As grandes mineradoras têm apresentado altos lucros e uma grande companhia aqui por exemplo no segundo trimestre desse ano anunciou um lucro de R\$ 40 bilhões e tem um preço de equilíbrio do minério de US\$ 45 dólares por tonelada e o valor do minério está US\$ 200 por tonelada”, disse. Embora o relator não tenha citado a empresa nominalmente, a Vale foi a única mineradora brasileira que registrou esse lucro no período.



O relato da reforma do IR, deputado Celso Sabino. Foto: Dida Sampaio/Estadão

Sabino disse que todas as empresas do Brasil, inclusive as grandes mineradoras, terão forte redução da carga tributária com redução da alíquota do IRPF. “Entendemos como justa essa medida e uma forma de atender muitos Estados e municípios.”

O incremento de 1,5 ponto porcentual virá junto com uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que será apresentada para tramitar em conjunto com o projeto de lei. A proposta, disse ele, vai reduzir a desigualdade dos municípios no Brasil. Hoje, do que é arrecadado de ICMS pelos Estados 25% precisa ser distribuído para os municípios. Nesse universo, 65% é com base na riqueza que o município produz e o restante a lei estadual define os critérios, incluindo a população. O relator disse que vai propor que esse porcentual de distribuição de 65% seja alterado para 40%.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/08/2021

NÃO HÁ CHANCE DE CALOTE EM PRECATÓRIOS, MAS É IMPOSSÍVEL PAGAR R\$ 90 BI SEM ATINGIR O TETO, DIZ LIRA

Presidente da Câmara apontou que média de precatórios pagos saltou de R\$ 13 bilhões há cinco anos para R\$ 90 bilhões em 2022 e defendeu a proposta de Guedes de parcelar os débitos

Por Anne Warth, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), disse que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite o parcelamento de precatórios em até dez anos não representa calote por parte da União. Segundo ele, é preciso modular esses pagamentos para evitar que haja um "estrago" nas contas públicas. Lira negou ainda que o objetivo da PEC seja abrir espaço no Orçamento para elevar o valor médio pagos por meio do programa Bolsa Família para R\$ 400.

"Não há nenhuma possibilidade de calote, mas é impossível se pagar R\$ 90 bilhões (previsão do volume dessas despesas para 2022) sem atingir o teto", afirmou Lira, em referência à regra que atrela o crescimento das despesas à inflação. "Não queremos romper o teto e o Brasil não pode dar calote."

Lira disse que a média de precatórios pagos saltou de R\$ 13 bilhões há cinco anos para um valor previsto de R\$ 90 bilhões em 2022. "Isso engessa e faz um estrago nas contas públicas", disse ele. "A ideia de ajustar e parcelar é pelo mesmo critério que foi aprovado para Estados e municípios."



'Não queremos romper o teto e o Brasil não pode dar calote', disse Lira sobre os precatórios. Foto: Najara Araújo/Câmara dos Deputados

O parcelamento dessas dívidas judiciais foi proposto pelo governo como uma saída diante do crescimento explosivo dessa despesa previsto para 2022. Na elaboração da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano que vem, os precatórios estão estimados em R\$ 89 bilhões, bem mais que os R\$ 56 bilhões previstos para 2021, o que é considerado um "excesso" pela equipe econômica. Os valores são informados pelo Judiciário e vêm de ações em que a União foi derrotada.

Lira negou que a reunião de ontem, 2, entre ele, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Flavia Arruda (Secretaria de Governo), Paulo Guedes (Economia) e João Roma (Cidadania), tenha discutido a abertura de espaço orçamentário para pagar R\$ 400 aos beneficiários do programa social Bolsa Família. "Em nenhum momento se falou isso", afirmou.

Segundo o presidente da Câmara, a reformulação do Bolsa Família virá por meio de medida provisória, e não por PEC, e respeitará o Orçamento e o teto de gastos, "com valor planejado em torno de R\$ 300". "Não houve conversa de R\$ 400, não há conversa de Bolsa Família dentro de PEC, não há conversa de furar teto de gastos", disse.

A interlocutores, o ministro da Economia, Paulo Guedes, diz que essa solução está sendo feita justamente para respeitar o teto de gastos. Sem a PEC, o governo corre o risco de ver comprometida a folga fiscal calculada em até R\$ 30 bilhões e que já está "prometida" para a ampliação do Bolsa Família, que o presidente Jair Bolsonaro pretende tirar do papel às vésperas de concorrer à reeleição.

Lira afirmou ainda que ele e Pacheco assumiram um compromisso de discutir os termos da PEC dos precatórios com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux. O objetivo é tentar chegar a uma mediação sobre o tema junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Como o Estadão mostrou, as dívidas de até R\$ 66 mil (equivalente a 60 salários mínimos), consideradas requisições de pequeno valor, não serão alcançadas pelas novas regras. Segundo uma fonte da área econômica, esses credores continuarão recebendo o dinheiro "na bucha".

Acima desse valor, haverá um regime especial de parcelamento em dez anos, mas a duração é distinta: para precatórios entre R\$ 66 mil e R\$ 66 milhões, a regra será transitória e valerá até 2029; para os débitos superiores a R\$ 66 milhões (o superprecatório, equivalente a mil vezes o salário mínimo), a regra de pagamento em prestações será permanente.

A interlocutores, o ministro da Economia, Paulo Guedes, diz que essa solução está sendo feita justamente para respeitar o teto de gastos. Sem a PEC, o governo corre o risco de ver comprometida a folga fiscal calculada em até R\$ 30 bilhões e que já está “prometida” para a ampliação do Bolsa Família, que Bolsonaro pretende tirar do papel às vésperas de concorrer à reeleição.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/08/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

PETRRIO ESTÁ PRONTA PARA DAR PRÓXIMOS PASSOS DE CRESCIMENTO, DIZ PRESIDENTE

Roberto Monteiro também comentou que a companhia mira a oportunidade de aquisição dos campos de Albacora e Albacora Leste, da Petrobras

Por André Ramalho, Valor — Rio



Foto : Divulgação

O presidente da PetroRio, Roberto Monteiro, disse que a companhia “está pronta” para dar seus próximos passos de crescimento. A petroleira encerrou o segundo trimestre com uma posição de caixa de R\$ 4,53 bilhões, após a emissão de US\$ 600 milhões em bonds no período.

Dentre os novos passos da PetroRio, a empresa espera iniciar em 2022 as perfurações do projeto de revitalização do campo de Frade, na Bacia de Campos. A companhia também prevê, para os próximos anos, desenvolver a

descoberta de Wahoo, também na Bacia de Campos. A PetroRio também mira novas oportunidades de aquisições.

Monteiro disse ainda que a companhia mira a oportunidade de aquisição dos campos de Albacora e Albacora Leste, da Petrobras, na Bacia de Campos, e também outros ativos.

O executivo mencionou que a estatal brasileira marcou para segunda-feira (09) a data para recebimento das ofertas vinculantes por Albacora.

Segundo ele, o processo de desinvestimentos da Petrobras é feito em “muitas etapas” e conta hoje com ao menos quatro concorrentes, conforme notícias veiculadas na imprensa. A expectativa é que as negociações ainda devem se estender pelo segundo semestre e que o contrato com o vencedor da concorrência ocorra no fim do ano ou até mesmo em 2022.

Monteiro afirmou que a petroleira avalia internamente a aquisição do ativo, em consórcio, mas está depositando “todos os ovos na mesma cesta”.

“Nosso ponto é não deixar de se exercitar, colocar todas nossas esperanças em Albacora”, disse, durante teleconferência com analistas.

O executivo comentou que a companhia está “buscando outras coisas”. Embora não haja nada concreto, ele mencionou o interesse numa eventual aquisição do campo de Peregrino, operado pela Equinor, e de ativos da Shell e Total. “Tem coisa que é maior que a Albacora”, disse.

Monteiro também citou que a PetroRio mantém o interesse em comprar a fatia da indiana IBV em Wahoo, para passar a deter 100% do ativo. “Continuamos firmes para que esse negócio se concretize”, afirmou.

O presidente da PetroRio disse que a companhia “está pronta” para dar seus próximos passos de crescimento. A empresa fechou o segundo trimestre com um caixa líquido de US\$ 210 milhões.

Monteiro comentou, ainda, sobre a expectativa de recebimento dos R\$ 144 milhões, pela venda da fatia de 10% de Manati, na Bacia Camamu-Almada (BA), para a GasBridge. Segundo ele, a transação está sujeita a condições precedentes, dentre as quais está o êxito da Gas Bridge na aquisição da operação de Manati da Petrobras. Segundo o executivo, a expectativa é concluir a venda este ano.

Alavancagem

Monteiro disse que a companhia espera trabalhar com um nível de alavancagem, medido pela relação dívida líquida/Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), de uma vez a duas vezes.

Segundo ele, a empresa já trabalhou com patamares acima disso, mas de forma pontual, em algumas aquisições.

“Pensamos em trabalhar com um nível baixo, não pensamos em ter alavancagem alta. Como vivemos de aquisições, temos que ter um balanço oportunístico [pronto para aproveitar as oportunidades]”, afirmou.

Monteiro destacou, por fim, que o covenant da dívida da empresa, hoje, é de 2,5 vezes a relação dívida/Ebitda.

Proteção

A PetroRio avalia estender o hedge contratado pela empresa até outubro, para os meses de novembro e dezembro, disse o diretor financeiro, Milton Salgado Rangel Neto.

Em junho, a companhia comprou opções de venda (Put) de Brent como hedge para se proteger das oscilações do preço do petróleo. O volume total do hedge é de aproximadamente 4,3 milhões de barris a uma média de US\$ 67,5 por barril.

O volume corresponde aos offtakes (vendas) precificados em junho e julho, 100% dos previstos para serem precificados entre agosto e setembro, e 50% dos offtakes planejados para outubro.

Segundo Rangel, a petroleira acompanha as oscilações dos preços do petróleo, antes de tomar a decisão.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 03/08/2021

ARCELORMITTAL MUDA COMANDO NO BRASIL E NA AMÉRICA DO SUL

Jefferson De Paula acumulará cargo de Benjamim Baptista, que se aposenta, na holding brasileira; Jorge Oliveira assume a divisão de aços planos na região

Por Ivo Ribeiro — De São Paulo



Baptista Filho, após 38 anos, deixa comando da ArcelorMittal Brasil; permanece como presidente do conselho da holding — Foto: Leo Drumond/Nitro/Valor

O maior grupo siderúrgico em atuação no país está mudando o comando. Benjamin Baptista Filho, presidente da ArcelorMittal Brasil, deixará o cargo em 30 de setembro, após 38 anos de carreira na companhia. O executivo ocupou vários cargos na empresa, começando quando ainda a antiga Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), que entrou em operação em 1983, sob gestão estatal.

Além da presidência da AMB, o executivo ocupava os cargos de vice-presidente do grupo ArcelorMittal e de diretor-executivo da divisão de aços planos na América do Sul - cuja maior unidade de produção é a ex-CST, situada em Serra (ES). É ainda membro do comitê de gestão

do grupo, reportando-se diretamente ao CEO global, Aditya Mittal.

Na CST, que se tornou ArcelorMittal Tubarão a partir de 2006 - com a fusão dos grupos Arcelor e Mittal -, Baptista atuou em várias áreas. Desde operacionais e de projetos até comercial. Entre 1992 e 2009, foi vice-presidente comercial da divisão de aço plano na América do Sul, sendo então nomeado a seguir à função atual de presidente.

O executivo acompanhou todo o processo de expansão da ArcelorMittal Tubarão, que se transformou na maior - e mais eficiente - siderúrgica de placas (semi-acabado de aço) mundial, com capacidade fabricar 7,8 milhões de toneladas por ano.

Situada ao lado de Vitória, com terminal portuário próprio, a empresa se verticalizou, passando a fazer aços laminados (bobinas a quente - 4 milhões de toneladas por ano). E tornou-se, desde 2003, fornecedora exclusiva da Vega do Sul, em Santa Catarina, controlada produtora de laminados a frio e galvanizados - aços mais nobres para os setores automotivo, linha branca e construção civil.

Atualmente, a unidade Vega está tocando um projeto de expansão da capacidade de US\$ 350 milhões (R\$ 1,8 bilhão) para adicionar novas linhas de produtos.

Baptista deixa as funções executivas, mas continua, a partir de 1º de outubro, na presidência do conselho de administração da AMB.

A presidência executiva passa a ser acumulada por Jefferson De Paula, atual vice-presidente do grupo e presidente da divisão de aços longos na América Latina e da área de mineração de ferro no Brasil. De Paula fixa ainda com a organização de serviços compartilhados da subsidiária brasileira.

Para a unidade de aços planos na América do Sul, incluindo o Brasil, Lakshmi Mittal, presidente executivo do grupo, e Aditya Mittal nomearam como presidente o também brasileiro Jorge Luiz Ribeiro de Oliveira. Ele será ainda membro do comitê de gestão do grupo, assumindo as duas posições em 1º de outubro.

Oliveira, atualmente é vice-presidente da ArcelorMittal, presidente e diretor executivo da joint venture AM/NS Calvert, uma companhia siderúrgica de laminação de aço formada alguns anos atrás com a Nippon Steel. Calvert, localizada no Estado Alabama, foi montada pelo grupo alemão

Thyssenkrupp, sendo uma grande fabricante de aços laminados que atende o mercado dos EUA. É em boa parte abastecida com placas fabricadas na unidade de Tubarão.

O executivo também iniciou a carreira na ArcelorMittal Tubarão, há 34 anos, como estagiário de engenharia. Ocupou diversos cargos na siderúrgica - gerência de altos-fornos, de planejamento e programação de produção, de sinterização, passando a gerente-geral de siderurgia e do departamento de energia e dois anos depois também da divisão de laminação de aço (tiras a quente).

Depois de ficar três anos fora da companhia, voltou em julho de 2014 como diretor de operações na América do Sul. Foi nomeado presidente e CEO da AM/NS Calvert em setembro de 2019. Segundo informação da ArcelorMittal, Oliveira é graduado em engenharia metalúrgica pela Universidade Federal Fluminense e participou de programas executivos na Kellogg School of Management (EUA) e na francesa PGA.

No ano passado, a ArcelorMittal Brasil reportou receita líquida de R\$ 33 bilhões, quase 2% maior que a de 2019. A subsidiária - que tem operações em vários segmentos de produtos siderúrgicos, obteve lucro líquido 1,23 bilhão - 16% maior que no ano anterior.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 03/08/2021

BP REVERTE PREJUÍZO E LUCRA US\$ 3,12 BI NO 2º TRIMESTRE

Resultado foi impulsionado pelos preços mais altos do petróleo e do gás, afirma a empresa
Por Allan Ravagnani, Valor — São Paulo

A ação da BP apresentavam alta na bolsa de Londres repercutindo o lucro líquido de US\$ 3,12 bilhões registrado no segundo trimestre de 2021, divulgado nesta terça-feira (03), que reverteu prejuízo do mesmo período do ano passado. O lucro ajustado a custos de substituição — número que costuma ser acompanhado pelo setor — foi de US\$ 2,8 bilhões ante US\$ 2,6 bilhões em igual período do ano anterior.

Segundo a petrolífera britânica, este resultado foi impulsionado pelos preços mais altos do petróleo e do gás. As margens foram reduzidas resultados da comercialização de gás.

A companhia aproveitou para informar que elevou o pagamento de dividendos em 4%, para US\$ 0,46 por ação no trimestre e que vai iniciar um programa de recompra de até US\$ 1,4 bilhão em ações.

“A expectativa é de que o mercado de petróleo continue seu processo de reequilíbrio. Os estoques globais devem cair e atingir níveis históricos (em de dias de cobertura) no primeiro semestre de 2022”, diz o comunicado, que também se apoia na expectativa da melhora macroeconômica, impulsionada pela vacinação contra covid-19.

A expectativa da BP é que a demanda atinja os níveis anteriores à covid no segundo semestre de 2022.

A companhia também declarou que espera que a demanda global de gás se recupere acima dos níveis de 2019 até o final de 2021, e a demanda de GNL aumente como resultado do aumento das importações asiáticas.

As margens de refino da indústria devem ficar praticamente estáveis em comparação com o segundo trimestre, com a recuperação da demanda compensada pelo crescimento da capacidade líquida de refino. Em lubrificantes, a escassez de fornecimento de aditivos devem continuar no segundo semestre.

Na perspectiva da BP, a produção e exploração do terceiro trimestre deve ser maior do que no segundo trimestre, refletindo a conclusão da atividade de manutenção sazonal e o aumento de grandes projetos.

“Se as restrições da covid continuarem diminuindo, esperamos uma maior demanda de produtos em nossos negócios de clientes no terceiro trimestre. As margens de refino devem melhorar ligeiramente, apoiadas por uma demanda mais forte e maiores diferenciais de petróleo bruto da América do Norte. Na Castrol, a escassez na oferta de óleos industriais e aditivos deve continuar”, diz o comunicado.

A companhia anunciou também que receita de desinvestimentos e outras operações devem atingir entre US\$ 5 bilhões a US\$ 6 bilhões em 2021. Como resultado dos desinvestimentos do primeiro semestre, a meta de US\$ 25 bilhões de desinvestimentos até 2025 agora já foi atingida por transações acordadas ou concluídas de cerca de US\$ 14,9 bilhões, dos quais US\$ 10 bilhões já foram para o caixa.

A BP continua esperando despesas de capital, incluindo despesas de capital inorgânicas, de cerca de US\$ 13 bilhões em 2021.

Para todo o ano de 2021, a companhia projeta que a produção fique menor que a 2020 devido ao impacto do programa de desinvestimento em andamento.

“No entanto, a produção ajustada deve ser ligeiramente superior a 2020 com o aumento de grandes projetos, principalmente nas regiões de gás, parcialmente anuladas pelos impactos da redução do investimento de capital e declínio nos ativos de gás de margem inferior”, completa.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 03/08/2021



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

SANTOS FIRMA PROTOCOLO DE ESTUDO DE TRÁFEGO PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO VIADUTO DE ACESSO AO PORTO

Estudo será realizado pela Associação Brasileira de Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC), e será entregue em até 90 dias.

Por G1 Santos



Assinatura do protocolo para estudo da construção de novo viaduto de acesso ao Porto de Santos ocorreu na segunda-feira — Foto: Francisco Arrais/Prefeitura de Santos

A Prefeitura de Santos, no litoral de São Paulo, firmou um protocolo de intenções para a construção de um novo viaduto de acesso ao Porto de Santos. O acordo foi firmado na segunda-feira (2), com a Associação Brasileira de Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC).

O novo viaduto deve ligar o Distrito Industrial da Alemoa, na área portuária, à Avenida Bandeirantes. De acordo com a administração municipal, um projeto funcional e um estudo de tráfego daquela região, referentes à estrutura viária, será realizado pela ABTTC.

O investimento inicial no estudo e na elaboração do projeto deve ser de até R\$ 200 mil, sendo o valor desembolsado pelas empresas associadas. A previsão de entrega dos estudos e do projeto é de 90 dias.

Na sequência, o material será encaminhado à Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp), para depois ser desenvolvido o projeto executivo e serem pleiteados os recursos necessários junto aos governos do Estado e Federal.

Obra

A proposta é uma iniciativa da prefeitura, e consiste na implantação de uma rota de saída da área de terminais, partindo da Rua Doutor Alberto Schweitzer e chegando à Avenida Bandeirantes, para acesso à Via Anchieta. O objetivo é reduzir a concentração de caminhões para ingresso no Viaduto da Alemoa. Ainda sem fonte de recursos definida, o investimento deve ficar entre R\$ 30 milhões e R\$ 40 milhões.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 03/08/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ITAQUI PREVÊ CRESCIMENTO DE CARGAS DE RETORNO A PARTIR DE PROJETOS FERROVIÁRIOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 03 Agosto 2021



Arquivo/Divulgação

Autoridade portuária estima que haverá um incremento de 1,5 milhão de toneladas de carga de retorno somente a partir das obras do ramal ferroviário do terminal da COPI. Emap vê agronegócio e novos terminais de combustíveis como alavancas para expansão do porto nos próximos anos.

A Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) projeta um crescimento da carga de retorno nos próximos anos a partir da expansão de projetos ferroviários.

Atualmente, mais de 90% das cargas exportadas por Itaqui chegam ao porto por trem. Para a Emap, a tendência é aumentar, tendo em vista novos investimentos em trilhos por empresas privadas. Entre os projetos estão os aportes da Vale na Estrada de Ferro Carajás (EFC), além do projeto de uma pêra ferroviária, que pode aumentar entre 10 milhões e 20 milhões de toneladas a capacidade de recepção. A autoridade portuária prevê que haverá um incremento da ordem de 1,5 milhão de toneladas de carga de retorno somente a partir das obras do ramal ferroviário do terminal da Companhia Operadora Portuária do Itaqui (COPI).

“Hoje os vagões voltam vazios. Existe uma capacidade grande de crescimento de carga retorno e capacidade de ampliação da movimentação de grânéis líquidos”, analisou o presidente do Porto do Itaqui, nesta terça-feira (3), durante painel da Nordeste Export sobre o potencial dos portos e

as particularidades das exportações na região. Lago acredita que haverá novos investimentos a partir das melhorias da malha ferroviária e da chegada de novos players.

“Novos terminais com certeza serão construídos pela hinterlândia, principalmente pela Santos Brasil. Esse investimento é o passo inicial dela, mas ela também vai querer ocupar a hinterlândia desse mercado importante que nós temos”, afirmou. Lago contou que, nesta terça-feira, executivos da Santos Brasil visitaram o Porto de Itaquí. Em abril, a operadora arrematou três dos quatro lotes licitados pelo governo destinados à movimentação de combustíveis.

A Emap avalia que o crescimento do porto tem se baseado no tripé: graneis líquidos, graneis sólidos e fertilizantes. Lago acrescentou que o estado, tem cada vez mais, se identificado com o agronegócio. Ele destacou que mais de 30% da produção de soja já tem certificação especial e mencionou a existência de grandes áreas degradadas, antes utilizadas como pastos, que têm potencial para o plantio.

A expectativa do porto é antecipar a meta de alcançar as 29 milhões de toneladas projetadas para 2025. O presidente disse que o porto tem berços que operaram 700 mil toneladas em 2020 e estão chegando a três milhões de toneladas em meados de agosto. Lago disse que o berço 99 ajudará a dar vazão ao crescimento e que o desafio passa pela mecanização, já que o layout do porto se caracteriza pela expansão em área molhada e os berços se projetam na linha d'água.

Lago disse que a licitação da dragagem da bacia de evolução e do derrocamento de duas áreas próximas às ilhas em frente à linha de berço está em andamento. A partir do derrocamento, a Emap estima ganhar um 'berço virtual' que permitirá operações de transbordo com o navio a contrabordo. A estratégia será operar até quatro navios carregados com graneis líquidos simultaneamente. “Vamos ganhar a capacidade de mais um berço virtual com esse investimento de R\$ 70 milhões. O crescimento se dará também com Itaquí como hub de transbordo”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2021

RECEITA CONFERE MAIS DE 500 TONELADAS DE MERCADORIAS SUSPEITAS EM SANTOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 02 Agosto 2021



Operação Outlet no Porto de Santos (Divulgação RFB)

Com ajuda de inteligência artificial, operação 'Outlet' combate fraudes no envio de encomendas internacionais ao Brasil. Alfândega bloqueou 41 contêineres no porto.

A Receita Federal bloqueou 41 contêineres no Porto de Santos para conferência física de cerca de 574 toneladas de mercadorias numa operação de combate fraudes no envio de encomendas internacionais ao país. A operação 'Outlet' detectou um

grande esquema logístico de envio de encomendas do exterior ocultas em contêineres despachados como bagagem desacompanhada para o Porto de Santos. De acordo com a Receita, a conferência de 32 desses contêineres já foi concluída e, em 24 deles, os destinatários das encomendas não têm relação com o viajante declarado no documento de importação e o conteúdo da carga é diferente do que foi declarado.

Nesses casos, será aplicada a pena de perda das mercadorias. Nos demais oito contêineres, a carga declarada guarda relação com o viajante, porém há mercadorias novas e em grande quantidade, que serão tributadas. No final de junho, quando a operação Outlet foi divulgada, a

Receita havia selecionado e bloqueado 25 contêineres e aberto oito, com o peso médio da carga em torno de 14 toneladas cada.

O esquema foi detectado pela Alfândega da Receita Federal em Santos por meio de análise de risco e uso de sistemas de inteligência artificial. As equipes verificaram que contêineres lotados de encomendas, declaradas como bagagem desacompanhada e com suspensão de impostos, eram despachados em nome de supostos viajantes internacionais que estariam retornando ao País com seus bens, utilizando a via marítima.

Somente em um contêiner foram encontrados 600 itens diversos, novos e repetidos, em um total de mais de 10 mil unidades, cuja soma de seus valores é incompatível com a renda ou patrimônio do suposto viajante, descaracterizando a carga como bagagem desacompanhada. No interior do contêiner, havia mais de uma tonelada de roupas de marcas famosas, 400 bolsas e relógios de luxo originais, 680 bonecos que fazem sucesso entre os aficionados por games, filmes e séries e centenas de eletrodomésticos.

Entre os produtos mais encontrados na conferência física das mercadorias, a Receita Federal identificou artigos para bebês, instrumentos musicais, suplementos alimentícios, remédios, cosméticos e brinquedos. A Receita informou que a grande quantidade de produtos repetidos demonstra a intenção de comercialização. A alfândega entende que, além de buscar evitar o pagamento de tributos que ocorreria em uma importação lícita, o esquema identificado visava escapar do controle administrativo de outros órgãos, como Exército, Ministério da Agricultura, Anvisa e Inmetro, sobre produtos que necessitam de autorização específica para importação.

O esquema consistia em pessoas físicas ou empresas localizadas no Brasil adquiriam mercadorias estrangeiras. Em seguida, esses importadores se utilizavam de serviços de "redirecionamento de produtos" ou de "compra assistida" prestados por pessoas localizadas no exterior, contactadas por meio de sites ou pelas redes sociais. Esses "assistentes" estrangeiros reuniam as compras de vários clientes brasileiros, separando-as em caixas, e as despachavam para o Brasil como se fosse a bagagem desacompanhada de um único indivíduo (laranja).

Após passar pela fiscalização aduaneira e evitar o controle administrativo de outros órgãos, um integrante da quadrilha no Brasil recebia a carga consolidada, separava os itens e remetia as mercadorias para os endereços dos reais adquirentes. O auditor-fiscal Richard Neubarth, delegado da Alfândega da Receita Federal em Santos, alertou as pessoas que enviam mudanças ou recebem encomendas no Brasil. "Certifiquem-se de que estão utilizando o canal correto, onde destinatário e conteúdo são identificados. O transportador deve fornecer o documento de transporte em que constem essas informações. Evitem empresas que prometem grandes vantagens como frete muito abaixo da média, a não fiscalização ou a não tributação", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2021

ANTAQ COM 5 DIRETORES REPRESENTARIA AMADURECIMENTO INSTITUCIONAL, AVALIA FLÁVIA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 02 Agosto 2021

Para diretora, eventual aprovação daria estabilidade e ajudaria com atribuições incorporadas pela agência nos últimos anos. Em evento, ela ressaltou que questão tem propostas contrárias e a favor e depende de tramitação do texto do BR do Mar no Senado.

A diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Flávia Takafashi considerou que, pelas atribuições incorporadas nos últimos anos, ter cinco diretores iria colaborar com o amadurecimento institucional que a agência teve nesse período. Ela ressaltou, na última semana, que a aprovação de duas novas vagas para a diretoria depende da discussão do BR do Mar no Senado, onde a questão central é o incentivo à cabotagem. A proposta, que prevê duas novas vagas para a diretoria da agência, é um dos temas discutidos no projeto de lei da cabotagem (PL 4.199/2020), em tramitação no Senado.

Flávia lembrou que existem emendas a favor e contrárias à criação de cadeiras na diretoria e que é preciso esperar por esse desfecho. “A Antaq ganhou muita atribuição ao longo dos anos. Ter cinco diretores traz um pouco desse amadurecimento institucional. Hoje, ela é a menor agência e um colegiado de três pode parar a qualquer momento (...). Se tem dois de licença, por ‘n’ motivos, para o colegiado. Cinco [diretores] dá estabilidade maior do que três, principalmente pelas atribuições que a agência conseguiu nos últimos anos”, analisou na última semana, durante o evento ‘Diálogo com as Associadas da ABTP - Perspectivas de gestão para os próximos 5 anos’, promovido pela associação.

A proposta é que sejam diretores com mandatos defasados para encaixar a sucessão, conforme as diretrizes da nova lei das agências reguladoras. “Temos esperança que a qualidade dos futuros nomeados seja equivalente à dos três atuais ocupantes para que o colegiado aumente o número e mantenha a qualidade”, comentou o presidente do conselho deliberativo da ABTP, Clythio Buggenhout, durante o evento.

Buggenhout também questionou se a centralização de contratos e do planejamento setorial, adotada há alguns anos, é irreversível e se a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e a Antaq podem redistribuir tais atribuições às autoridades portuárias. “Hoje nossa percepção é que isso se ajustou bastante e está funcionando, em detrimento da capacitação na ponta. Portos mais descentralizados estão funcionando muito bem, como Paranaguá (PR) e Itaqui (MA). Mas nunca vamos aplicar o modelo internacional de gestão descentralizada?”, indagou. A percepção dos operadores foi que essa centralização, num primeiro momento, foi nociva. “A análise de pessoas distantes da realidade dos portos e mesmo algumas modelagens de licitação no início, causaram redução de velocidade e de objetividade”, comentou Buggenhout.

Flávia, que atuava no Ministério da Infraestrutura antes de assumir a diretoria da Antaq, disse que a SNPTA trabalha para voltar a delegar essas competências. Ela disse que, recentemente, foi realizada uma capacitação com 70 horas para companhias docas sobre como gerir contrato, fazer EVTEAs, reequilibrar contratos e fazer estudos de licitação. Ela contou que houve 130 inscrições, com representantes de todos os portos organizados. A expectativa é que, no segundo semestre, ocorra uma nova turma. Ela afirmou que, como houve diminuição das competências ao longo dos anos, a expertise diminuiu.

Flávia acredita que o ministério começou um processo de reversão do quadro a partir da portaria que prevê a pontuação de competências para delegação das autoridades. Ela lembrou que, além de Paranaguá e São Francisco do Sul (SC), Santos (SP) teria pontuação suficiente para descentralização. No entanto, a decisão para o maior porto da América Latina foi nesse momento focar no processo de desestatização. Para a diretora da Antaq, tudo dependerá dos níveis de pontuação dos portos públicos no IGAP pra conseguir essa delegação. Segundo Flávia, em algum momento, as autoridades portuárias devem voltar a ter as competências necessárias. “Tem funcionado. O objetivo [do Minfra] é desovar o estoque represado de licitações. Em algum momento, vão voltar as competências de poder concedente para as autoridades portuárias. O Minfra tem trabalhado nesse sentido”, avaliou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 03/08/2021

CAPACIDADE INSTALADA NA INDÚSTRIA ATINGE MAIOR NÍVEL DESDE 2013

Da Redação ECONOMIA 02 Agosto 2021

A utilização da capacidade instalada registrou alta de 0,9 ponto percentual em junho atingindo seu maior patamar desde abril de 2013, informou nesta segunda-feira (2) a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segunda a pesquisa de indicadores industriais, o nível de atividade da indústria chegou a 82,9% em junho, na taxa que já desconsidera efeitos sazonais (oscilações típicas de determinadas épocas do ano).



Segundo a CNI, o nível de atividade chegou a 82,9% em junho

Outro indicador que reverteu tendência de queda e voltou a subir em junho, segundo a CNI, foi o de horas trabalhadas, que registrou alta de 0,3%. Mesmo assim, no primeiro semestre a baixa acumulada é de 3,4%. A CNI frisou, contudo, que o indicador se encontra em patamar superior ao de antes da crise provocado pela pandemia da covid-19.

O nível de emprego industrial, por sua vez, continuou a subir pelo décimo primeiro mês consecutivo, com 0,5% de alta, e acumula alta de 3,3% no semestre, maior marca desde 2010, quando foi registrado aumento de 4,2%, segundo a série histórica mantida pela CNI.

Ainda assim, após uma queda acentuada em 2020, o nível de emprego na indústria se encontra no mesmo patamar de agosto de 2016.

Outra alta no semestre, nesse caso de 2,5%, foi a da massa salarial real – soma de todos os salários pagos na indústria, descontada a inflação. O indicador, entretanto, vem apresentando resultados oscilantes. Em junho, o aumento foi de 1,1%, após queda de 1% em maio.

Já o rendimento médio real – já descontada a inflação – da indústria apresentou nova retração de 0,9% em junho, após baixa de 1,4% em maio. Ambas as quedas revertem as altas registradas em fevereiro e março. No primeiro semestre deste ano, o resultado acumulado é de menos 1,3%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2021

TECON SANTOS OBTÉM NOVO RECORDE EM JUNHO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 02 Agosto 2021

O terminal operou 109.187 contêineres em junho e alcançou o maior volume mensal já movimentado por um único terminal no porto de Santos. A produtividade média do mês bateu os 104,32 movimentos por hora

A Santos Brasil atingiu uma marca histórica para o Porto de Santos: registrou no mês de junho 109.187 contêineres movimentados no Tecon Santos — recorde mensal não só do terminal como de todos os portos de contêineres do Brasil.

Já a produtividade mensal do terminal, medida em movimentos por hora de embarque e desembarque de cargas nas embarcações (MPH), foi de 104,32 MPH.

A combinação entre um incremento nas importações e transbordos, somado a uma alta nas exportações e uma quantidade menor de contêineres vazios em relação ao mesmo período de 2020, foi determinante para este desempenho. Os destaques ficaram para os setores automotivo, um dos mais atingidos durante o primeiro ano da pandemia do coronavírus e que vem apresentando retomada no volume de importações em 2021, e o de alimentos, especialmente produtos refrigerados, como frutas. O crescimento do comércio on-line também influenciou este cenário.

A ocupação média do Tecon Santos no mês ficou em torno de 65%, ou seja, o terminal tem capacidade suficiente para atender o crescimento previsto para este ano e os próximos.

Roberto Teller, diretor de operações portuárias da Santos Brasil, comemora ainda outra marca importantíssima: um ano sem acidentes com afastamento no Tecon Santos. "Respondemos rapidamente ao crescimento da demanda mantendo a segurança da operação como um dos nossos principais e imprescindíveis valores", diz.

De acordo com Teller, a Santos Brasil está preparada para atender com qualidade o crescimento esperado para o porto de Santos para os próximos anos. "A empresa investiu R\$ 350 milhões na ampliação e modernização do Tecon Santos nos últimos três anos. Esse valor vai ultrapassar os R\$ 550 milhões até o fim de 2021. Além das obras civis, que devem ser concluídas neste ano, temos investido em sistemas e tecnologias de ponta que nos dão ganho de produtividade e de eficiência, além de aplicarmos as mais modernas ferramentas de melhoria contínua, tais como lean manufacturing, 6 Sigma, A3, kaizen, entre outras", diz.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2021

CANAL DO PANAMÁ RETOMA MEDIDAS DE PROTEÇÃO À MIGRAÇÃO DA VIDA MARINHA

Da Redação NAVEGAÇÃO 02 Agosto 2021



Até 30 de novembro de 2021, o Canal do Panamá mais uma vez promoverá a implementação das recomendações de velocidade e navegação da Organização Marítima Internacional (IMO) para proteger baleias, golfinhos e outros grandes aquáticos animais, à medida que começam sua migração sazonal. A medida entrou em vigor em 1º de agosto.

De acordo com as recomendações da IMO, os navios que viajam de e para o canal através do oceano Atlântico durante este período devem permanecer dentro de áreas de navegação designadas, conhecidas como Esquemas de Separação de Tráfego (TSS), que diminuem a interferência dos navios que entram ou saem do canal com a migração da vida marinha. Os navios que viajam no lado do Pacífico do canal devem prosseguir a uma velocidade de no máximo 10 nós.

Essas medidas, implementadas pelo Canal desde 2014, reduziram significativamente a probabilidade de interações e incidentes graves envolvendo baleias e outros cetáceos. Ao mesmo tempo, garantem a segurança marítima e o controle dos navios que transitam nas águas ao redor do canal.

Um estudo encomendado pelo Canal do Panamá descobriu que o programa TSS obteve reduções significativas de emissões. A análise dos dados de velocidade, posição e rumo dos sistemas de identificação automática de embarcações (AIS) confirmou que o cumprimento das recomendações anuais reduziu as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e poluentes em 75% em média. A economia variou de acordo com o tipo, tamanho e combustível da embarcação, mas resultou em mais de 20 mil toneladas de dióxido de carbono (CO2) não emitidas entre 2017 e 2020.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2021

PORTO DE TIANJIN CONSTRUIRÁ O PRIMEIRO TERMINAL COM EMISSÃO ZERO DO MUNDO

O porto de Tianjin, o maior porto do norte da China, anunciou que desenvolverá "o primeiro terminal de zero carbono de inteligência artificial (IA) do mundo". O anúncio foi feito na Conferência do Porto Verde e Seguro 2021 pela Associação de Portos e Portos da China (CPHA), de acordo com a mídia local.

Para atingir a meta de emissão zero, o terminal construirá um sistema de fornecimento de energia verde compatível com o consumo do terminal. Um sistema integrado de energia eólica, solar e de armazenamento será usado como uma plataforma para realizar o fornecimento de energia verde para todo o terminal.



Todo o equipamento portuário de carga e descarga, facilidade de transporte horizontal e equipamentos auxiliares serão movidos a energia elétrica com um novo sistema integrado de armazenamento de energia – Foto: Portos e Mercado

Todo o equipamento portuário de carga e descarga, facilidade de transporte horizontal e equipamentos auxiliares serão movidos a energia elétrica com um novo sistema integrado de armazenamento de energia.

Com a combinação da tecnologia tradicional de carga e descarga e operações automáticas, o consumo de energia deverá ser reduzido em 17%.

Serão construídas turbinas eólicas e fotovoltaicas no local, permitindo que o terminal use eletricidade para seu próprio uso e alcance emissões de carbono zero, disse Chen Yanping, deputado gerente geral do Tianjin Port Group Kexin Facilities Department.

O empreendimento contará também com um sistema de energia verde integrado de múltiplas fontes de “vento, luz, armazenamento e hidrogênio”, divulgou o Porto de Tianjin em seu comunicado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2021



BRASILEXPORT – FÓRUM NAC. DE LOGÍST. E INFRAEST. PORTUÁRIA

GESTOR DA FIEPI PARTICIPA DO FÓRUM BRASILEXPORT EM SÃO LUÍS

Publicado por: Edson Almeida 3 de Agosto de 2021 às 17:43



O Gestor da Área Internacional e de Mercado do Sistema FIEPI, Islano Marques, participou nos dias 01, 02 e 03 de agosto na cidade de São Luís – MA, do mais importante Evento de Logística e Infraestrutura Portuária do Brasil - Fórum Brasil Export em sua edição Nordeste Export.

Islano Marques foi moderador no painel “Clusters Logísticos, ZPEs e Hubs Aeroportuários”, tema de grande relevância para o desenvolvimento do Nordeste, sobretudo para o estado do Piauí por ter naturalmente uma forte vocação logística pelo seu posicionamento geográfico.

O Secretário Nacional de Transportes Terrestres, Eduardo da Costa, afirmou o compromisso do Ministério da Infraestrutura que dividiu em fases a Transnordestina e

entregará nessa “primeira fase” o trecho ligando Eliseu Martins ao Porto de PECÉM no Ceará e em seguida novos estudos de viabilidade serão feitos avaliando o fluxo de carga advindo desta conexão, para avançar nos outros trechos, inclusive na conexão com SUAPE.

O Painel 3 do Nordeste Export 2021 reuniu profissionais gabaritados para debater os temas: “Clusters logísticos, ZPEs e hubs aeroportuários”. A apresentadora Jacqueline Wendpap,



conselheira nacional do Brasil Export, defendeu a adoção de instrumentos que viabilizem a execução de um planejamento para operações de transporte multimodal, mas destacou que essas iniciativas precisam estar alinhadas com melhorias no ambiente socioeconômico. "Não adianta atrair investimentos e não termos pessoas qualificadas para desenvolver o trabalho. Precisamos gerar empregos de qualidade e criar massa salarial para incentivar o consumo, afinal as ZPEs atendem ao consumo interno e dependem de um mercado pujante".

O moderador Islano Marques, conselheiro do Nordeste Export, tornou a atividade bastante dinâmica ao compartilhar informações e fazer perguntas aos participantes. Ele destacou que a criação de ambientes com incentivos tributários, como o caso das ZPEs têm o potencial de atrair inovações tecnológicas e desenvolvimento para toda uma região, como a do Piauí, estado que representa.

O Presidente da ABRAZPE, Helson Braga celebrou a publicação da Medida Provisória (MPV) 1.033/2021, que se constitui em um novo marco regulatório para as ZPEs no Brasil. Autoridade do tema, Helson espera ver a criação de novas ZPEs em território nacional.

O Presidente do Conselho Internacional do Brasil Export, Cesar Meireles disse ser urgente que o País trabalhe em melhoria na regulação da legislação que rege os portos secos e CLiAs. "Não é possível convivermos ainda com uma matéria não definida nesse campo". Sobre o fato de o Brasil ser considerado um país "rodoviarista", respondeu ainda ser um "rodoviarista ruim", com baixa densidade de estradas, a maior parte delas em péssimo estado de conservação.

Wanderley Galhiego Junior, Diretor de Novos Negócios e Inovação da SOCICAM, encerrou dizendo estar muito satisfeito em participar de um painel que deu espaço a especialistas e empresas tradicionais em abordar temas tão sensíveis para a logística de transportes no País.

Fonte: BRASIL EXPORT – Fórum Nac.de Logística e Infraestrutura Portuária

Data: 03/08/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006